

Acção Médica



1915-2015
AMCP – 100 ANOS

Ano LXXIX Nº 3 Setembro 2015



ACÇÃO MÉDICA
ORGÃO E PROPRIEDADE
DA A.M.C.P.

ANO LXXIX, Nº 3

Setembro 2015

Fundador

José de Paiva Boléo

Director

J. Paiva Boléo-Tomé

(paivaboleotome@gmail.com)

Administradora

Ana Sarmento

(antoniosarmento55@sapo.pt)

Sub-Director

Alexandre Laureano Santos

(a.laureano@netcabo.pt)

Redactores

José Manuel Lopes dos Santos – José Augusto Simões – Ana Maria Felix

Conselho Científico

Walter Osswald

Henrique Vilaça Ramos

José E. Pitta Grós Dias

Levi Guerra

Lesseps L. dos Reys

Daniel Serrão

José Pinto Mendes

Número de Identificação: 501 983 589

ISSN – 0870 – 0311 – INTERNATIONAL STANDARD SERIAL NUMBER

Depósito Legal n.º 28367/89 – Dep. D.G.C.S. n.º 106542

Administração: Rua de Santa Catarina, 521 – 4000-452 PORTO – Telef.: 222 073 610

Secretária: Luísa Sá – Telm.: 924 488 589

www.medicoscaticos.pt – e-mail: medicoscaticos.pt@gmail.com

Execução Gráfica: ORGAL Impressores – Tiragem: 750 exemplares

**ASSOCIAÇÃO DOS MÉDICOS
CATÓLICOS PORTUGUESES**

Sede: Rua de Santa Catarina, 521 – 4000-452 Porto

DIRECÇÃO NACIONAL

Presidente: Carlos Alberto da Rocha

Vice-Presidente: João Tiago Guimarães

Secretário: Alice Seixas

Tesoureiro: Ana Sarmento

Vogais: Luísa Viterbo

Patrícia Bernardino

João Pedro Pimentel

Bruno Pinto

Assistente: P. José Eduardo Lima sj

NÚCLEOS DIOCESANOS (PRESIDENTES)

Aveiro: Jorge Rodrigues Pereira

Portalegre/Castelo Branco: Isabel Marques Jorge

Coimbra: Augusto Pinto

Faro: Santos Matos

Guarda: Víctor Santos

Lisboa: Sofia Reimão

Porto: Manuel Pestana Vasconcelos

Vila Real: Maria Goretti Rodrigues

Viseu: João Morgado

Por decisão da Direcção, «Acção Médica» não obriga os autores a seguirem o Acordo Ortográfico

SUMÁRIO

ABERTURA: Perseguidos	
J. BOLÉO-TOMÉ.....	5
As directivas antecipadas de vontade	
Henrique Vilaça RAMOS.....	7
Diálogo entre ciência e fé: a perspectiva de João Paulo II	
Maria Pereira COUTINHO.....	27
Corpos e almas: conversas sobre a dignidade humana	
Paulo Vasconcelos JACOBINA.....	43
O «cuidado da casa comum»: uma Encíclica diferente	
Pedro Vaz PATTO.....	53
TEMAS ACTUAIS	
- Ser pessoa.....	67
- Aborto e negócio.....	71
- Ideologia de género – 1 e 2.....	77
- Educar (!) hoje.....	85
LIVRO NOVO – Apresentação.....	91
NOTÍCIAS E COMENTÁRIOS.....	97
• A Paz e o desenvolvimento dentro da ecologia humana; • «Acção Médica» há 50 anos; • Notícias da A.M.C.P.	
RESUMOS.....	105
ABSTRACTS.....	107

CONDIÇÕES DE ASSINATURA

Pagamento adiantado

Associados da A.M.C.P.: desde que a quotização esteja regularizada recebem a revista sem mais qualquer encargo. Por ano..... 37,50 €

Não Associados:

Portugal

Um ano (4 números)..... 20,00 €

Avulso..... 5,00 €

Estrangeiro

Acrescem as despesas de envio

ABERTURA

PERSEGUIDOS

Uma criança morta que o mar depositou na praia. Um soldado turco que carinhosamente a recolhe nos seus braços. Imagens que correram mundo, um mundo que chorou a criança, como se fosse ela, apenas ela, o símbolo e a causa de muitas lágrimas e sofrimento.

Centenas de milhar de cristãos são expulsos da sua terra ou assassinados barbaramente, no Médio Oriente, no norte e centro de África, na Índia... Não há imagens do sofrimento e horror de comunidades inteiras a caminho do martírio e da extinção violenta.

Não há apelos, assinaturas, manifestações recheadas de políticos. Mas um atentado contra um jornal satírico e blasfemo movimentou tudo quanto é “esquerdas” ou “direitas”; todos se disseram Charlie, porque uma sede foi destruída e alguns jornalistas foram mortos.

Cristãos decapitados no Egipto, cristãos regados com gasolina e mortos pelas chamas na Nigéria; centenas e centenas de milhares em fuga ou assassinados, na Síria, no Iraque; condenações à morte na Índia por se afirmarem cristãos... e tantas e tantos que, silenciosamente, dão a vida porque recusam renegar a sua Fé, numa hecatombe sem protestos.

Não, esses não interessam. Não são Charlie, não dão dividendos políticos ou económicos. O apelo do Papa Francisco, voz única num mundo sem projecto e sem honra, caiu no silêncio.

A imagem da criança morta nos braços do militar turco fica bem na parede, naqueles lugares onde se defendem “causas importantes”... mas não se respeita o próximo e a sua dignidade de pessoa – na homofilia, no aborto assassino, na eutanásia, na manipulação de embriões humanos...

Os cristãos podem continuar a ser perseguidos, queimados, decapitados – o silêncio dos defensores de “causas” e do mundo que os teme, recolherá os seus gritos, e apagá-los-á sem um gesto. Em laboratórios sustentados por todos continuarão as “pesquizas” e os negócios, hoje com bocados de crianças, a que é dado o nome de embrião ou feto, amanhã talvez com “peças” retiradas de todo aquele que sai dos esquemas determinados pelo “Grande Irmão”...

Este é o mundo que nos foi entregue a nós, na nossa condição humana, para o temperarmos com o sal da Vida, levando a força da Verdade, do Amor e da Justiça aos que sofrem e aos que fazem sofrer. É essa a missão que nos cabe, a missão urgente que precisamos de assumir, decididamente, corajosamente. O sacrifício de tantos vai mudar o mundo, se nós quisermos.

J. BOLÉO-TOMÉ

As Directivas Antecipadas de Vontade

Henrique Vilaça Ramos

O edifício jurídico sobre as Diretivas Antecipadas de Vontade (DAVs), de que consta a Lei 25/2012 de 16 de Junho, relativa aos tratamentos que uma pessoa pretende receber ou recusar no caso de vir a encontrar-se em situação de incapacidade para manifestar o seu querer, só recentemente teve a construção acabada com a publicação das Portarias 96/2014 e 104/2014.

Trata-se de matéria que suscita várias questões de índole ética que aqui me proponho abordar. Para isso, farei um breve esboço histórico do tema, em seguida abordarei aspetos éticos envolvidos no problema das declarações antecipadas de vontade e, por fim, passarei à análise da nossa lei à luz daquelas noções. Antes, porém, faço alusão à questão da nomenclatura.

1 – Nomenclatura

Têm sido propostas muitas outras designações além de “testamento vital”. Algumas expressam a mesma ideia: *testamento em vida, testamento de vida, testamento de paciente, testamento biológico, biotestamento e disposições testamentárias sobre a vida*. Além de outras reservas a estas designações, colhe a de “testamento” significar uma “*vontade expressa para ter eficácia depois da morte*”, o que não é o caso. Outras designações têm conteúdo um pouco mais abrangente: *vontades antecipadas, diretivas avançadas e declaração de vontade vital antecipada*. Entre nós vingou uma nomenclatura muito comum – *diretivas antecipadas de vontade* – forma que, além do simples testamento vital, inclui a possibilidade de nomeação de um

¹ Ascensão JO. *As disposições antecipadas de vontade – o chamado “testamento vital”*, Rev. Fac. Dir. UFMG, Belo Horizonte, 2014, 64, 493, acedido em <http://www.direito.ufmg.br/revista/index.php/revista/article/viewFile/P.0304-2340.2014v64p493/1540>

procurador de saúde para o caso de se ficar incapaz de exprimir a própria vontade. Mas esta nomenclatura também não está isenta de críticas, pois que a designação “diretiva antecipada de vontade” não faz referência explícita à saúde e poderia levar a pressupor que no mesmo conceito se incluem vontades não diretamente ligadas ao problema biológico do fim de vida.

2 – Bosquejo histórico

A problemática do testamento vital teve origem na situação de doentes em fase terminal submetidos a terapêuticas desproporcionadas ou inúteis. Com efeito, os progressos da medicina, que permitiram o prolongamento artificial da vida, induziram o receio de medicalização do processo de morrer, nomeadamente o receio de uma obstinação em prolongar a vida quando a doença é irreversível e já em fase terminal, portanto sem esperança de que a intervenção médica possa ser eficaz ou que exija meios desproporcionados em relação aos benefícios.

Mais tarde, veio também a contribuir para esta reflexão em torno do processo de morrer o advento da técnica de ressuscitação cardiopulmonar que permitiu reverter estados de morte aparente, de quase morte, mas por vezes deixando ficar sequelas graves nas pessoas assim ressuscitadas. A engrossar a lista das preocupações em torno do processo de fim de vida, mas agora já com conotações de índole eutanásica, houve quem considerasse no testamento vital a situação daqueles que morriam em atrozes sofrimentos e a dos que se encontravam em estado vegetativo persistente.

A par destes receios, verificou-se também uma progressiva consciência do valor da liberdade individual e, com ela, a emergência do princípio bioético de autonomia que decorre daquele valor. Se até aí vigorava uma medicina paternalista, em que o médico atuava em nome de outro importante princípio da bioética – o princípio da beneficência – passou a ganhar terreno o modelo de medicina antipaternalista que erige a autonomia acima de todos os outros princípios bioéticos.

Estas questões, embora debatidas em múltiplas latitudes, foram sobretudo objeto de reflexão e de decisões judiciais nos EUA. Tem algum sentido verificar que poucos anos depois de surgir a ressuscitação cardiopulmonar é que se utilizou pela primeira vez (1969), numa publicação científica,

a designação inglesa *living will*². Em breve, o conceito de testamento vital começou a fazer caminho também no velho continente, nomeadamente através do Conselho da Europa que, em 1976, emitiu uma recomendação para os Estados nele integrados “*examinarem a questão das declarações escritas de pessoas legalmente competentes autorizando os médicos a abster-se de medidas de prolongamento da vida, particularmente nos casos de cessação irreversível da função cerebral*”³.

Vinte anos mais tarde (1997), o Conselho da Europa produziu um novo documento em que se afirmava: “*Devem ser tidos em consideração os desejos expressos previamente relativos a intervenção médica por um paciente que não está, à data dessa intervenção, em estado de exprimir a sua vontade*”⁴ e em 1999 voltou a recomendar se legislasse em matéria de declaração antecipada de vontade⁵.

Entre nós, o assunto ganhou maior realce em 2006 com um parecer elaborado pela Associação Portuguesa de Bioética defendendo a promulgação de legislação sobre as DAV⁶. O assunto subiu à Assembleia da República e veio a dar origem à lei 25/2012 que agora estamos a analisar. Dois anos depois, foram publicadas as portarias 96/2014 e 104/2014 regulamentando, respetivamente, o Registo Nacional do Testamento Vital e o modelo facultativo de DAV.

Como disse Daniel Serrão, a necessidade de redigir uma DAV indica que “*a pessoa que o escreve não tem confiança na capacidade de o médico avaliar bem a sua situação e tomar a decisão mais adequada para proteger o seu melhor bem*”⁷. E acrescenta o mesmo autor: “*esta desconfiança*

² Kutner L, *Due Process of Euthanasia: The Living Will, a Proposal*, Indiana Law Journal 1969 44: 539-554

³ Council of Europe, *Recommendation 779 (1976) On the rights of the sick and dying*.

⁴ Council of Europe, *Convention for the Protection of Human Rights and Dignity of the Human Being with regard to the Application of Biology and Medicine: Convention on Human Rights and Biomedicine*. Oviedo, 1997

⁵ Council of Europe, *Recommendation 1418, Protection of the human rights and dignity of the terminally ill and the dying*, 1999

⁶ Parecer nº P/05/APB/06 sobre Directivas Antecipadas de Vontade

⁷ Serrão D, *Testamento vital – o que é?*, acedido em http://amcp.com.sapo.pt/textos/testamento_vital_Daniel_Serrao.pdf

não tem, em geral, qualquer justificação”; “as Unidades de Cuidados Intensivos praticam um intensivismo útil, racionalmente avaliado e eticamente ponderado, pelo que merecem a maior confiança dos cidadãos”. A verdade é que as questões da obstinação terapêutica perderam a atualidade entre a comunidade médica, mas manteve-se a preocupação da sociedade nesta matéria, pressionando no sentido da produção daquela lei.

3 – Considerações de ordem bioética

3.1 - Testamento vital e consentimento esclarecido

O testamento vital corresponde a “*uma extensão do consentimento informado*”⁸, que contempla a decisão da pessoa sobre se quer ou se recusa um dado procedimento médico, mas agora dirigida ao caso particular da deliberação ser relativa a um momento posterior, em que a pessoa esteja incapaz de manifestar a sua vontade. Porém, difere do consentimento esclarecido⁹ porque este é motivado por uma proposta de atuação médica e não sobre algo que não se sabe se virá a ser proposto, como se verifica na DAV. Por isso, é mais correto dizer que se trata da aplicação do princípio ético de autonomia ao caso particular dos atos médicos.

O raciocínio em que se baseia o consentimento esclarecido é o de que um doente, em face de uma determinada possibilidade de intervenção médica, avalia os riscos e os benefícios respetivos e também o seu enquadramento no sistema de valores por que pauta a sua vida para, no uso da sua autonomia, decidir se a aceita ou recusa. Isto subentende que a intervenção lhe é proposta e que a decisão final lhe pertence. Não pressupõe contudo que o paciente, à revelia da vontade do médico¹⁰, lhe imponha uma decisão sobre um procedimento que ele, médico, não lhe propôs, pois isso seria

⁸ Osswald W, *Como queremos morrer: o “testamento vital”*, in Sobre a morte e o morrer, Fund. Franc. Manuel dos Santos, 2013

⁹ A designação clássica é “consentimento informado”. Tal como outros, prefiro a designação “consentimento esclarecido”, por ser este consentimento mais exigente e mais respeitador da autonomia da pessoa.

¹⁰ As questões levantadas pelo testamento vital não dizem respeito só aos médicos, mas também a outros profissionais de saúde, designadamente os enfermeiros. Todavia, por economia de expressão, considero só os médicos, sendo certo que ao fazê-lo não excluo os restantes profissionais envolvidos no tratamento destes doentes.

não um *consentimento*, mas uma *imposição*. Tal hipótese significaria que o doente, no uso da sua autonomia, faria tábua rasa da autonomia do médico, reduzindo este a um mero prestador de um serviço por si requerido. Esta perspetiva transformaria os cuidados médicos em simples bens de consumo, de que a pessoa disporia a seu bel-prazer, como qualquer um dos outros de que a sociedade atual se mostra tão ávida. Além disso, este comportamento seria uma ferida profunda na relação médico-doente, essencial à boa *praxis* médica. Por isso, não é eticamente correto que uma DAV dê ao seu subscritor a possibilidade de impor ao médico um procedimento que este não lhe proporia.

Mas a questão do consentimento esclarecido convoca outra importante reflexão. Como se depreende da própria designação, o consentimento só é válido se a pessoa tiver sido esclarecida, o que pressupõe um conhecimento exato da sua situação clínica e do procedimento médico que lhe é proposto.

A necessidade de uma percepção exata e completa do que está em causa na decisão a tomar impõe, por sua vez, uma exigência: a intervenção do médico na informação e esclarecimento do paciente. Esta informação e o diálogo que leva ao esclarecimento do doente não devem ser proporcionados por qualquer médico, nomeadamente por um médico de um qualquer departamento destinado a facilitar a emissão de DAVs. De facto, essa missão deve caber ao médico assistente da pessoa, não só pela relação de confiança que a ele o liga, mas também porque é ele quem melhor conhece a sua saúde física e psíquica e, possivelmente, as suas preocupações, os seus valores e os seus critérios.

A necessidade de esclarecimento completo suscita ainda outra consideração. Uma vez que as situações que a DAV vai contemplar não são atuais, mas futuras, é pouco viável um conhecimento preciso da situação clínica que então se irá verificar. Mesmo que já saiba que é portador de uma doença grave e mortal, não é possível ao doente prever todos os desenvolvimentos que ela poderá ter e, portanto, as alternativas terapêuticas que então poderão ser propostas. De facto, a pessoa ao ponderar antecipadamente situações clínicas ainda imaginárias e os correspondentes cuidados médicos “*não pode ter uma noção clara de qual o seu real peso ou custo psicológico, nem de qual será a sua vontade e desejos numa situação que*

apenas antecipa, mas não experienciar”¹¹. Por isso, a decisão que a pessoa possa expressar numa DAV não recai “sobre o que o médico lhe proporia, numa certa situação, mas sobre o que ela imagina que um dia o médico lhe irá propor nessa imaginária situação”¹², o que revela a falta de solidez da decisão que vier a ser tomada antecipadamente. Tudo isto porque “o testamento vital “*não é atual e não foi precedido de informação adequada, verdadeira e compreensível*”¹³ que são requisitos indispensáveis ao consentimento esclarecido.

Acresce o facto de o testamento vital não considerar dois importantes aspetos. O primeiro é o dos progressos da medicina que podem alterar o modo como esta vai atuar numa determinada situação clínica. O outro é o da vontade mutável das pessoas, algo que todos conhecemos e os médicos muito em particular. Quantas vezes imaginamos que, perante uma dada situação, iremos reagir de uma certa maneira mas, quando essa situação se depara realmente, a nossa resposta não é a que tínhamos previsto. Isso mesmo se verifica em relação à doença e às suas evoluções. Ora, as DAVs são elaboradas prevendo o modo como um dado acontecimento futuro vai afetar a pessoa e antecipando a maneira como ela irá reagir, o que, como se vê, está longe de ser possível. Esta dificuldade em prever comportamentos futuros leva a que as DAVs redigidas por indivíduos em plena saúde, mas com o temor de futuras doenças, sejam ainda menos fundamentadas que as subscritas por quem já está gravemente doente.

3.2 - Valia do testamento vital

Dito isto, poder-se-ia pensar que o testamento vital está desprovido de qualquer valor, o que não é o caso. Na verdade, ele constitui indicação de que a pessoa pensa sobre o seu possível futuro e por isso deve ser tido em conta por quem tiver que lhe prestar assistência no futuro. É nessa mesma linha que o Conselho da Europa se pronunciou dizendo que “*os desejos expressos anteriormente em relação a uma intervenção médica... devem*

¹¹ OSSWALD W. “Testamento vital”: Perspectiva médica. Consentimento informado, DAV, procuradoria de cuidados de saúde, acesso ao processo clínico, um Projecto de lei estilo “cavalo de Tróia”. Brotéria, 2009,168:429-436

¹² Serrão D. *Dispor da vida é saudável?* In Jornal de Notícias, 4.6.2009

¹³ Carvalho AS. declaração de voto ao Parecer n.º 59 do CNECV

*ser tidos em conta*¹⁴. O testamento vital assume, assim, “*particular relevância*”¹⁵ para “*o apuramento da vontade real da pessoa (mais que para leitura do sentido literal do documento) por parte das equipas de saúde em situações de grande complexidade*”¹⁶. Em suma, o testamento vital é um instrumento útil para conhecer as opções filosóficas, espirituais e religiosas da pessoa relativamente ao processo de fim de vida e, portanto, a sua vontade relativamente a uma situação médica que possa ocorrer num momento em que ela esteja incapaz de a manifestar.

3.3 - Eficácia do testamento vital

Já afirmei que o testamento vital tem importância. Mas até que ponto um testamento vital deve ser respeitado? Atendendo às suas numerosas e sérias limitações, antes mencionadas, impedindo que ele represente uma decisão suficientemente esclarecida e capaz de se aplicar a situações futuras, torna-se claro que não deve ser visto como uma determinação impositiva relativamente a quem tiver o encargo de cuidar do doente, uma vez que não se verificam os pressupostos necessários ao exercício autêntico da pretendida autonomia, além de que a autonomia “*nunca é absoluta nem puramente individual*”¹⁷. Igualmente “*outros princípios, nomeadamente os da beneficência e da não maleficência, não deixam também de estar presentes aquando da tomada de decisões sobre pessoas incapazes de se exprimirem*”¹⁸. “*A leitura restritiva de uma autonomia legal assegura uma formalidade documental mas não entende os dramas humanos que marcam percursos imprevisíveis na dor e no sofrimento...*”¹⁹

A eficácia do testamento vital é ainda prejudicada pela possibilidade de dúvidas interpretativas do documento onde o interessado indica a

¹⁴ Council of Europe, *Convention for the Protection of Human Rights and Dignity of the Human Being with regard to the Application of Biology and Medicine: Convention on Human Rights and Biomedicine*. Oviedo, 1997

¹⁵ Renaud M. Declaração de voto referente ao Parecer n.º 59 do CNECV

¹⁶ CNECV.Parecer n.º 59 sobre os projectos de lei relativos às DAV, 2010

¹⁷ Osswald W, *Como queremos morrer: o “testamento vital”*, in Sobre a morte e o morrer, Fund. Franc. Manuel dos Santos, 2013

¹⁸ Almeida F, *Testamento vital ou mortal?* 2011, acedido em <http://www.agencia.ecclesia.pt/noticias/dossier/testamento-vital-ou-mortal/>

¹⁹ CNECV, op.cit.

sua vontade. É claro que a ocorrência de dúvidas pode ser minimizada com a concretização, o mais exata possível, das situações clínicas às quais deva ser aplicada, cautela que sublinha, mais uma vez, a necessidade de intervenção de um médico que apoie a pessoa quando tiver de o redigir o testamento.

Por tudo isto, há que salientar que a obediência cega ao que tiver sido prescrito no testamento vital pode ser lesivo dos melhores interesses da própria pessoa. Um exemplo concreto é o da chamada ordem de não reanimar. Muitas pessoas, em paragem cardiorrespiratória, podem ser salvas por meio da reanimação. Se houver uma ordem de não reanimar e se ela for cegamente obedecida, o resultado será a morte da pessoa. Tal ordem de não reanimar só não levanta problemas éticos quando já está feito o diagnóstico rigoroso de morte, situação que é frequente nos serviços de reanimação. Aliás, o médico que se abstenha de reanimar um doente sem diagnóstico de morte está a ofender as boas regras da profissão, as *leges artis*, com desrespeito da própria missão da medicina e do seu juramento profissional. Mas havendo uma determinação de vontade, válida e recente, o médico terá de conformar-se com a vontade livre do doente.

Na decisão que tiver de ser tomada quando existe uma DAV, também deve ser considerada a opinião do procurador de saúde do doente, no caso de este ter dado essa indicação, e a família. Na realidade sociocultural portuguesa, a família continua a representar um elemento importante para o apuramento dos desejos do doente, na medida em que ela constitui o núcleo mais íntimo das suas relações interpessoais. Há também que atender-se ao facto de, em princípio, ser a família quem mais é tocado pela doença do seu familiar. É que “*a unidade recetora de cuidados é sempre o «doente e família», pelo que a família é maioritariamente incluída no processo de decisão*”²⁰.

3.4 - Testamento vital e eutanásia

Na problemática do testamento vital, a questão maior é a tensão entre o valor da vida e a tentação da eutanásia. Com efeito, as DAVs eticamente

²⁰ Oliveira NTF. *Atitudes e reacções da família perante a sedação contínua dos doentes em cuidados paliativos*, Dissert. de mestrado Faculd. Medicina Univers. Porto, 2011

mal elaboradas podem dar cobertura à eutanásia, nomeadamente à eutanásia na forma voluntária, a pedido da pessoa e realizada pelo médico. Essa possibilidade alcança maior verosimilhança se for admitido que a vontade da pessoa se sobreponha em todos os casos à de quem lhe deve prestar os cuidados de saúde. Os defensores da eutanásia a pedido argumentam com a dor e outros sofrimentos que tornariam miseráveis os últimos dias de muitos doentes, mas ignoram que a medicina hodierna está em condições de aliviar muitíssimo ou mesmo impedir o sofrimento e, nos casos refratários, pode induzir a inconsciência por meio da sedação. Por isso, entre as críticas que se fizeram após a promulgação da lei, se pôde ler que “*o testamento vital, tal como é regulado atualmente, ter-se-ia justificado no passado. Contudo, no presente, tornou-se obsoleto*”²¹. Esta reflexão talvez explique a baixíssima adesão às DAVs, muito inferior às expectativas do Ministério da Saúde²². Em 31 de Janeiro de 2015 havia só 1009 DAVS válidas no RENTEV, isto é, uma por cada 10000 portugueses²³, o que dá razão à previsão do bastonário da Ordem dos Médicos que considerou o testamento vital “*um exercício intelectual que irá ter um impacto objetivo extremamente limitado*”²⁴. Nem sequer as cerca de 50.000 testemunhas de Jeová, com tantas reservas em relação à administração de sangue, se sentiram compelidas a fazer e registar as suas DAVs.

No contexto da eutanásia, há quem argumente com o critério da qualidade de vida e o “direito a morrer”. Sobre o direito a morrer bastará afirmar que é um direito inexistente, pelo que não exige aqui qualquer análise. Mais interesse merece o argumento da qualidade de vida, invocado por quem admite que a qualidade de vida pode afetar a dignidade da mesma vida. É claro que é desejável dar a melhor qualidade de vida à pessoa e a

²¹ Rebelo IN. *A Lei do Testamento Vital*, acessido em <http://www.incomunidade.com/v5/art.php?art=4>

²² TSF. *Testamento Vital, mas pouco*, acessido em http://www.tsf.pt/PaginaInicial/Portugal/Interior.aspx?content_id=4296182&tag=testamento%20vital

²³ Informação telefónica obtida no RENTEV.

²⁴ Gomes C. *Registo de testamento vital passa a ser possível a partir de amanhã*, acessido em <http://www.publico.pt/sociedade/noticia/registo-de-testamento-vital-passa-a-ser-possivel-a-partir-de-hoje-1660785>

medicina tem isso em conta, mas a qualidade de vida não pode ser critério para pôr em causa a própria vida. Com efeito a vida humana nunca perde a dignidade, pois “*ainda que se deteriore o seu estado de saúde e a qualidade de vida, o paciente mantém sempre a sua dignidade como pessoa e, precisamente por isso, é merecedor de todos os tratamentos e cuidados necessários para aliviar a sua situação*”²⁵. “*O valor da vida humana não brota das valorizações que a sociedade atribui ou dos critérios que no momento são socialmente significativos, mas de uma dignidade prévia a qualquer criteriologia. O suporte desta dignidade é a própria condição humana...*”²⁶.

A questão da eutanásia ligada ao testamento vital leva a ponderar ainda o risco da extensão do conceito. É que da eutanásia a pedido à eutanásia não voluntária, a distância não tardaria a ser percorrida, pois aquela seria o passo inicial que levaria a deslizar no plano inclinado das cedências éticas progressivas. Este risco de *slippery slope* mostra que se aplica também à ética a conhecida lei de Gresham: “a moeda má expulsa a moeda boa” isto é, a má conduta ética tende a afastar na sociedade as boas condutas. Neste contexto, é particularmente aterradora a possibilidade de as DAVs serem utilizadas, com fins economicistas, para a prática da eutanásia não voluntária, deixando de prestar os cuidados necessários aos doentes.

Acerca de qualquer tipo de eutanásia, é importante o pronunciamento recente do Conselho da Europa que, ao referir-se à vontade expressa antecipadamente pelos doentes, utiliza os seguintes termos: “*A eutanásia, no sentido de matar intencionalmente ou por omissão um ser humano com o fundamento do seu alegado benefício, deve ser sempre proibida*”²⁷.

Com esta temática prende-se a necessidade de distinguir o que são cuidados normais e tratamentos médicos, aliás consagrada no Código Deon-

²⁵ OMC (Organización Médica Colegial – España) e SECPAL (Sociedad Española de Cuidados Paliativos) – *Alegaciones al anteproyecto de Ley reguladora de los derechos de la persona ante el proceso final de la vida; alegación 4*. Maio 2010, acedido em <http://static.diariomedico.com/docs/2011/06/03/alegaciones.pdf>

²⁶ CEP – Nota pastoral *Cuidar da vida até à morte: Contributo para a reflexão ética sobre o morrer*. 12 Nov.2009

²⁷ Council of Europe. Resolution 1859, *Protecting human rights and dignity by taking into account previously expressed wishes of patients*, 2012

tológico dos médicos (art. 59º, n.º 5). “*Tratar da higiene pessoal, comer e beber são cuidados que cada um de nós presta a si mesmo no dia-a-dia, mas não são tratamentos médicos*”²⁸. Se um de nós ficar com os dois braços engessados, certamente que alguma alma caridosa lhe levará a comida à boca e lhe dará de beber, sem que com isso esteja a ministrar qualquer tratamento médico. A prestação destes cuidados básicos é uma forma de aliviar o sofrimento de quem está incapaz de os prestar a si mesmo. A distinção entre cuidados normais e tratamentos médicos adquire especial relevância no processo de fim de vida e tem dado azo a graves desvios éticos, com forte repercussão nos *media*, como foi o célebre caso de Terry Schiavo nos EUA.

Por aqui se vê que a suspensão da alimentação e da hidratação não tem o mesmo significado da suspensão dos tratamentos ineficazes ou desproporcionados²⁹. Neste último caso, a decisão de parar os tratamentos não se destina a provocar a morte, nem sequer a acelerá-la, simplesmente reconhece a sua ineficácia. Pelo contrário, ao suspender a alimentação ou a hidratação, a consequência mortal direta é inexorável, em breves dias, pelo que fazer isto contra a vontade do doente constitui um modo feroz de eutanásia.

O posicionamento ético que obriga a alimentar e hidratar não impede que haja situações em que é lícita a suspensão desse fornecimento. “*Obviamente que, quando o organismo já não está capaz de receber ou aproveitar esse suporte, ele deixa de ser um cuidado e cessa a obrigação de o administrar*”³⁰.

Acrescento, ainda, dado o grave melindre ético desta questão, que ao legislar sobre o testamento vital convém que o legislador afirme claramente que nunca tal documento poderá cobrir práticas desse tipo.

²⁸ Ramos HV. *As diretivas antecipadas de vontade*, Revista da Ordem dos Médicos, 2015, 158

²⁹ Entende-se por meios desproporcionados os que, considerando “*o seu tipo, grau de dificuldade, risco, custo e possibilidade de aplicação*”, não se justificam face aos “*resultados que deles se pode esperar, atendendo ao estado do doente e às suas forças anímicas e morais*”. SGRECCIA E. *Bioética, Eutanásia e dignidade da morte*. In Sgreccia E. Manual de Bioética, ed. Principia, 2009.

³⁰ *Ibid.*

3.5 - Objecção de consciência

Poderia argumentar-se que não se justifica a oposição ao carácter vinculativo do testamento vital, pois que o médico que esteja em desacordo com o seu conteúdo pode invocar a objecção de consciência. Mas, se o direito à objecção de consciência é geralmente reconhecido, também é certo que, frequentemente, o seu alcance sofre limitações. Assim, por exemplo, o Conselho da Europa estabeleceu que os Estados devem assegurar o direito à objecção de consciência em matéria de cuidados de saúde, mas desde que sejam salvaguardados os direitos dos outros³¹. No caso concreto do testamento vital, isto significa que o médico tem direito a objetar se isso não comprometer o direito do doente, o que só fica salvaguardado se o cumprimento do testamento puder ser levado à prática por outro médico. Apenas assim se garante que o interesse do testador não seria prejudicado pela objecção de consciência do médico. O mesmo é dizer que, se não houver a alternativa de um médico complacente com a vontade do testador, o desejo deste se deve sobrepor à vontade do médico objetor. Felizmente o que estará em causa, na objecção de consciência em matéria de testamento vital, são quase sempre atos médicos (ou a sua omissão) que configuram má prática médica, pelo que o objetor de consciência terá a seu favor o compromisso com as boas regras profissionais, as *leges artis*.

A questão da objecção de consciência merece ainda outra nota. A objecção é um ato casuístico, pois tem a ver com as circunstâncias concretas do doente e dos termos do testamento vital que ele tinha subscrito. Não se trata de ser objetor em abstrato ou perante circunstâncias vagas. É caso a caso e face a condições precisas, verificadas na situação concreta, que o médico pode encontrar razões de consciência para se opor ao estipulado no testamento vital.

A objecção de consciência é também um ato que ocorre na intimidade da relação médico-doente e que, por esta natureza, está protegido pelo segredo médico. O facto de o doente estar incapaz de dialogar não altera esse carácter, nem as suas consequências, mas obriga à devida adaptação. Neste caso, a exposição dos motivos da objecção do médico deve ser feita aos

³¹ Council of Europe. *Resolution 1928, Safeguarding human rights in relation to religion and belief, and protecting religious communities from violence*, 2013

familiares ou ao procurador de saúde. Nenhuma outra entidade, pública ou privada, pode exigir a revelação desses motivos ao médico, a menos que os interessados, neste caso os familiares ou o procurador de saúde, consentam.

Convém analisar ainda um último aspeto em relação ao tema da objeção de consciência. Trata-se da possibilidade de, face a tal objeção, a unidade de saúde onde ela tiver ocorrido querer garantir o cumprimento do testamento vital por outros médicos. Esse cumprimento não deve ser feito com base numa lista de profissionais que se declarem objetores de consciência, pois que dificilmente alguém se pode declarar objetor antes de confrontado com o caso concreto e essa oposição casuística não significa que se seja também opositor noutros casos. Haverá médicos que alegarão mais frequentemente que outros a objeção de consciência, mas nenhum pode garantir que nunca usará desse direito de objetar. Por isso, é absurdo imaginar médicos não objetores em todas as circunstâncias e, por conseguinte, criar em contraponto uma lista de objetores.

A exigência de declarar previamente a qualidade de objetor de consciência também poderia limitar a própria liberdade de objetar: “só podes objetar se declarares perante a autoridade que és objetor de consciência”.

3.6 - Procurador de cuidados de saúde

Disse no princípio que as DAVs não se limitam ao testamento vital, pois contemplam também a designação de um procurador de cuidados de saúde. Esta possibilidade tem tanto ou mais méritos do que o próprio testamento vital. Como vimos, o testamento vital padece de uma grave limitação, por ser baseado numa conjectura e não na situação concreta que se poderá verificar no futuro, enquanto o procurador tem a vantagem de agir no próprio momento em que estiver em causa a adoção do procedimento médico. Além disso, o problema das dúvidas interpretativas fica neste caso ultrapassado, pois elas serão esclarecidas pelo procurador. Este, na medida em que conhece os valores, os critérios e as expectativas do doente é, de facto, um elemento precioso para apurar a vontade da pessoa na situação concreta em que agora se encontra.

Pelos motivos já aduzidos, a intervenção do procurador não deve ser impositiva, antes corresponde a uma contribuição extremamente valiosa para a decisão, a qual levará em consideração também a opinião dos fami-

liares e a necessidade de a prática médica se conformar com as *leges artis*. Esta modalidade do processo de decisão tem ainda a vantagem de poder ultrapassar alguns conflitos de interesses entre as pessoas chamadas a opinar e o doente, conflitos eventualmente gerados já depois da emissão do testamento vital, e tem ainda a vantagem de, ao envolver a família, facilitar a maneira como ela lida com uma situação muito traumatizante.

Vai longo o exame das múltiplas questões éticas levantadas pelas DAVs, mas tem a vantagem de tornar mais fácil e mais breve a análise da lei portuguesa que as consagrou.

4 – Análise da lei

Antes de verificar a sua conformidade ética, seja-me permitida uma observação sobre o facto de as DAVs serem só um dos elementos a considerar no âmbito mais geral do processo de fim de vida. Felizmente, esta lei menciona também a questão dos cuidados paliativos que constituem, afinal, a resposta mais adequada aos problemas postos nesta fase tão significativa do percurso vital. Mas perdeu-se a oportunidade para uma consideração abrangente dos vários aspetos envolvidos nos cuidados a prestar no processo de fim de vida e não só a questão da declaração antecipada da vontade.

Exarada esta nota, vejamos o que a lei nos oferece. Depois de no art. 1º dizer que o seu objeto compreende o testamento vital, a nomeação de procurador de cuidados de saúde e a criação do Registo Nacional do Testamento Vital (RENTEV), a lei levanta problemas sérios logo no seu artº 2º. É que no seu ponto 1, este artigo refere que o declarante “*manifesta antecipadamente a sua vontade consciente, livre e esclarecida no que concerne aos cuidados de saúde...*”. Como vimos antes, a presunção de esclarecimento não tem bases sólidas. A lei poderia dizer que a pessoa tinha obtido todo o esclarecimento possível neste juízo à distância, mas isso não interessou ao legislador, sobretudo porque se teve em vista considerar vinculativo o testamento vital. Admitir que não é possível o esclarecimento completo seria pôr em causa o respeito absoluto pelo que o testamento determina.

O n.º 2 deste mesmo artigo trata dos tipos de desejos que a pessoa pretende proteger. Assim, na sua alínea a), considera-se a possibilidade de

“*não ser submetido a tratamento de suporte artificial das funções vitais*”. Ora, isto põe em causa vários tipos de intervenção médica, desde os mais complexos aos mais corriqueiros, como é o caso de simples fornecimento de oxigénio. E por maioria de razão leva a recusar a ressuscitação cardiopulmonar quando esteja em causa a paragem da função cardiocirculatória e da função respiratória. Esta seria uma determinação aceitável se dissesse que só era aplicável quando já não existissem possibilidades de recuperação. Infelizmente, isso não se diz e mais não resta aos cuidadores de saúde que acatar – ou arriscar a prisão – a determinação antecipada do doente, apesar de ainda capaz de recuperar.

Passo à alínea b) deste mesmo nº 2. Diz-se aí que a pessoa pode recusar o “*tratamento fútil, inútil ou desproporcionado no seu quadro clínico e de acordo com as boas práticas profissionais...*”. Esta afirmação é desnecessária, pois que os médicos, exatamente de acordo com as boas regras profissionais, estão impedidos de ministrar tais tratamentos fúteis, inúteis ou desproporcionados. Isso mesmo se afirma no seu Código Deontológico (art. 58º, nº 1 e art. 59º, nº3), pelo que “é completamente absurda esta referência”³². Mas o texto prossegue dizendo “*nomeadamente no que concerne às medidas de suporte básico de vida e às medidas de alimentação e hidratação artificiais que apenas visem retardar o processo de morte*”. Esta redação significa que o legislador considera aquelas medidas como um dos tratamentos fúteis. Ora, as medidas de alimentação e hidratação artificiais não podem ser consideradas tratamentos, pelas razões anteriormente expostas, sendo criticável esta terminologia que a lei consagra erradamente.

O legislador pretendeu limitar a possibilidade de recusa destes cuidados básicos só a admitindo quando “*apenas visem retardar o processo natural de morte*”. Em princípio, a denegação de cuidados básicos não é admissível, mas são de recusar tais cuidados “*quando o organismo já não está capaz de receber ou aproveitar esse suporte*”, por serem então fúteis e inúteis.

³² ALMEIDA CP. *O testamento vital-Considerações acerca da Lei n.º 25/2012*, Bol. Informativo Fac. Dir. Univ. Lisboa, ano IV, n.º 2, Abril-Agosto 2012.

O melindre maior do disposto no n.º 2, deste artigo, é o de o outorgante pretender impor alguma forma de eutanásia, nomeadamente a eutanásia passiva³³, risco que é acentuado no modelo de DAV proposto na Portaria 104/204, em que explicitamente se admite que ele manifeste a vontade de não ser submetido a reanimação cardiorrespiratória, nem a meios invasivos de suporte artificial de funções vitais, nem a medidas de hidratação que apenas visem retardar o processo natural de morte. Dir-se-á que a lei contém, no seu art. 5º, alínea b), a determinação de que *“são juridicamente inexistentes, não produzindo qualquer efeito, as DAVs cujo cumprimento possa provocar deliberadamente a morte não natural e evitável”*, tal como previsto no Código Penal acerca do suicídio assistido, o que se saúda. Mas esta salvaguarda entra em contradição com algumas das práticas que o art. 2º admite e dificilmente o testador se aperceberá desta incongruência interna da lei que neste artigo abre uma porta para logo a fechar no art. 5º. Por isso, não surpreenderá que, na prática, possa surgir conflito³⁴ entre as duas interpretações, com o médico estribado no cumprimento das *leges artis* e, consequentemente, negando qualquer forma de eutanásia, e a família ou o procurador a insistir no cumprimento da DAV.

A lei introduz uma indesejável burocratização do processo de morrer. Com efeito, o artigo 3º debruça-se sobre o formato do documento escrito que constitui o testamento vital, o qual deve ser assinado presencialmente perante funcionário devidamente habilitado ou perante o notário e deve conter: a identificação completa da pessoa, o lugar, a data e a hora da assinatura, as situações clínicas que vão ser consideradas e as opções e instruções relativas aos cuidados de saúde que se deseja receber ou recusar. O diploma contempla também a possibilidade de as DAVs serem inscritas num registo nacional – o RENTEV – e no artº 17º diz-se que *“o médico responsável pela prestação de cuidados de saúde à pessoa incapaz de expressar... a sua vontade”* deve assegurar-se da *“existência de documento de diretivas antecipadas de vontade e ou procuração de cuidados de saúde registados no RENTEV”*. Tudo isto não é pequena burocracia... Fica

³³ Na eutanásia passiva, a morte resulta da omissão de cuidados ou tratamentos.

³⁴ Conflito assinalado pelo Prof. Dr. Walter Osswald, comunicação pessoal.

somente a vantagem da proteção do médico, se agir contra as *leges artis*, obrigado pelo respeito ao que tiver sido determinado na DAV³⁵.

Quanto à intervenção do médico junto do doente, quando ele pretende criar o testamento vital, a lei diz só (art. 3.º, n.º 2): “*no caso de o outorgante recorrer à colaboração de um médico para a elaboração das DAVS, a identificação e a assinatura do médico podem constar do documento...*”. Já vimos o prejuízo que advém da ausência deste apoio especializado, aqui apenas admitido como facultativo.

Outro ponto infeliz é o da eficácia do DAV. No art. 6.º diz-se que a equipa responsável pela prestação dos cuidados de saúde “*deve respeitar*” o conteúdo da DAV. Isto significa a obrigatoriedade de dar cumprimento à DAV, embora com as exceções que o diploma enumera no n.º 2 deste mesmo artigo. Ora, como procurei demonstrar, o cumprimento obrigatório do testamento vital não serve os melhores interesses do doente. Por isso mesmo, a DAV não devia impor o respeito cego e, em vez de diretiva, deveria designar-se declaração.

Merece encómio a criação da figura de procurador de cuidados de saúde, a que refere o diploma desde o art. 11.º ao art. 14.º, pelas vantagens que expus anteriormente.

Um passo da lei que merece reserva é a objeção de consciência, de que reza o art. 9.º. No seu n.º 2 estipula-se que o profissional de saúde que a invocar “*deve indicar a que disposição ou disposições das diretivas antecipadas de vontade se refere*”. Esta determinação suscita os melindres éticos a que já fiz referência: a invasão da relação médico-doente e a ofensa ao respetivo dever de sigilo. Há também, neste passo, outro ponto duvidoso que é a omissão sobre onde ou a quem deve ser dado o conhecimento dos motivos da objeção de consciência. Poderá tratar-se somente de registar no processo clínico os motivos da objeção mas, atendendo ao que se diz no n.º 3 do mesmo artigo, presumo que a indicação deva ser dada à autoridade hospitalar que terá de promover uma solução alternativa para dar cumprimento à DAV. De facto, nesse n.º 3 a lei estabelece que “*os estabelecimentos de saúde em que a existência de objetores de consciência impossibilite o cumprimento do disposto no documento de diretivas antecipadas*

³⁵ Esta vantagem foi-me assinalada pelo Sr. Dr. João Menezes, o que agradeço.

de vontade devem providenciar pela garantia de cumprimento do mesmo, adoptando formas adequadas de cooperação com outros estabelecimentos de saúde ou com profissionais de saúde legalmente habilitados". Muito provavelmente, isto pressupõe a organização de uma lista de objetores, o que contraria o facto de a objeção de consciência ser casuística e não universal, além de que, como demonstrámos, todos são potenciais objetores. É também de temer que a hierarquia das unidades de saúde, forçadas a dar cumprimento às DAV nos casos em que o médico exerça o direito de objetar, seja tentada a compelir o médico a abdicar desse direito, conforme se vai já verificando na Bélgica, segundo revelou Walter Osswald.

Completarei esta análise com uma breve referência à Portaria 104 de 15 de Maio do ano transato, a que já fiz menção, que propõe o modelo de DAV e que padece também de elementos discutíveis. Sobre ela aponto somente uma nota, pois não me vou debruçar sobre aspetos de teor idêntico aos da lei que já comentei. Refiro-me à possibilidade de a pessoa indicar que deseja receber medidas paliativas, hidratação oral mínima ou subcutânea. Esta admissão significa uma indevida desconfiança do legislador relativamente aos cuidados e às medidas paliativas que as pessoas recebem quando estão incapazes e em fase terminal da sua doença, desconfiança que, exarada na lei, será transmitida à generalidade das pessoas. Como sobejamente considerámos antes, ministrar esses cuidados faz parte das boas práticas médicas e, por isso, a lei geral já assegura a realização desses procedimentos.

Seria injusto não reconhecer alguns méritos ao modelo de DAV proposto na portaria. Nomeadamente, nele se recomenda que o outorgante se aconselhe com um profissional de saúde da sua confiança e também é louvável a menção ao acompanhamento religioso do outorgante que tinha ficado omissa na lei 25/2012.

Considerando todo o edifício jurídico edificado em torno desta fase crítica da vida da pessoa, não falta razão a quem disse que *“os living wills procuram afastar a medicalização da morte, mas trouxeram a sua jurisdicionalização, o que pode afetar gravemente a relação médico-paciente”*³⁶.

³⁶ PEREIRA AGD. O consentimento informado na experiência europeia. *In* I Congresso Internacional sobre: “Os desafios do Direito face às novas tecnologias”, Ribeirão Preto, 2010

Por fim, é lícita mais uma observação. Se a pessoa, mesmo sem esta lei, “*poderá sempre contar com o tratamento segundo os conhecimentos da ciência médica e as regras deontológicas*”³⁷, como é obrigação estrita de todos os médicos, pode-se perguntar: “*para quê um testamento vital?*”³⁸, sendo ademais certo que esta legislação pode ter o efeito perverso de instilar no público a desconfiança, injusta e deletéria, sobre os cuidados de saúde prestados em fim de vida. Quero com isto significar que era desnecessária uma lei sobre DAVS? Reconheço que a lei tem dois interesses: transmitir, de forma tão rigorosa quanto possível, a vontade da pessoa e a consagração da figura do procurador. São estas as únicas vantagens que justificam um diploma legal sobre as DAVs. Pena é que haja tantos aspectos discutíveis numa lei que leva as pessoas a colocar “*a sua vida numa decisão documental*”³⁹.

Henrique Vilaça Ramos

³⁷ ALMEIDA CP. *O testamento vital-Considerações acerca da Lei n.º 25/2012*, Bol. Informativo Fac. Dir. Univ. Lisboa, ano IV, n.º 2, Abril-Agosto 2012.

³⁸ ALMEIDA CP. *O testamento vital-Considerações acerca da Lei n.º 25/2012*, Bol. Informativo Fac. Dir. Univ. Lisboa, ano IV, n.º 2, Abril-Agosto 2012.

³⁹ Dias A. *O testamento vital*, Revista Ordem dos Médicos, 2015,156, 61

DIÁLOGO ENTRE CIÊNCIA E FÉ: - *A Perspectiva de João Paulo II* -

*Maria Pereira Coutinho*²

João Paulo II sempre defendeu a harmonia entre a ciência e a fé. Considerando, porém, que a ciência tinha vindo a assumir-se como a única explicação da realidade, excluindo, assim, outras fontes de saber, como a própria filosofia e a experiência religiosa, as suas últimas intervenções revelam novas preocupações.

Em *Fé e Razão* (*A Fé e a Razão*, Ed. Paulinas, 1998, 2ª ed.), refere que o “esforço para alcançar a verdade” (*A Fé e a Razão*, p. 6) constitui uma das tarefas mais nobres da humanidade. No momento actual, em que se faz sentir “a necessidade de um alicerce para construir a existência pessoal e social, principalmente quando se é obrigado a verificar o carácter fragmentário de propostas que elevam o efémero ao nível de valor, anulando, assim, a possibilidade de se alcançar o verdadeiro sentido da existência” (*A Fé e a Razão*, pp. 13-14), é bem manifesta a necessidade que o homem contemporâneo tem de buscar a verdade. Esta, porém, não pode ser alcançada unicamente através da razão, mas através da fé e da razão, articuladas entre si. Encoraja, assim, tanto os filósofos como os teólogos a procurarem o sentido total e último da vida. Razão crítica, a filosofia, e razão crente, a teologia, são, por isso, convidadas a participar num debate importante sobre o estatuto epistemológico da ciência.

Nos vários discursos proferidos aos homens da ciência, deparamos com a mesma preocupação de vivermos num mundo em que a fé foi debili-

¹ Este texto retoma a comunicação proferida nas Jornadas Culturais de Balsamão, Centro Cultural de Balsamão, Macedo de Cavaleiros, em 11/9/2009.

² Prof.^a Aposentada da Universidade Nova de Lisboa.

tada pela modernidade e, sobretudo, pelas correntes pós-modernas, tendo, como consequência, não já a alienação, mas a fragmentação do sujeito e a demolição da noção de verdade, baseada em supostos metafísicos.

Tomamos, como referência para esta reflexão acerca do pensamento de João Paulo II sobre Ciência e Fé, a sua Encíclica *Fé e Razão* e, sobretudo, os seus discursos: *aos cientistas*, na sede da Unesco, em Paris, em 2 de Junho de 1980; no *Encontro com os homens de ciência e estudantes na Catedral de Colónia*, em 15 de Novembro de 1980; aquando da sua viagem apostólica à República Federal da Alemanha, de 15 a 18 de Novembro de 1980; a *um grupo de “Prémios Nobel”*, em 22 de Dezembro de 1980; no *Jubileu dos cientistas*, em 25 de Maio de 2000; na *Sessão plenária da Pontifícia Academia das Ciências*, cujos membros recebeu em audiência, em 13 de Novembro de 2000.

A mensagem de João Paulo II, centrada na necessidade do diálogo entre a Ciência e a Fé, desenvolve-se em torno de quatro pontos fundamentais: 1) a crise de orientação da cultura científica actual; 2) a dimensão humanista da ciência; 3) a responsabilidade ética na investigação científica; 4) a fé e a ciência, distintas mas dialogantes.

Numa breve conclusão, sublinhamos a oportunidade e a profundidade desta mensagem no actual contexto cultural. No caminho para a verdade e na busca de resposta para o vazio sentido pelo homem contemporâneo, salienta-se a necessidade de um novo paradigma epistemológico e o contributo do diálogo entre fé e ciência. “As questões fundamentais que marcam o percurso da existência humana têm a sua fonte comum na existência de sentido que, desde sempre, arde no coração do homem” (*A Fé e a Razão*, p. 6). O conhecimento que o homem adquire de Deus “leva à plenitude qualquer outro conhecimento verdadeiro que a sua mente seja capaz de alcançar sobre o sentido da própria existência” (*A Fé e a Razão*, pp. 15-16).

1. Crise de orientação da cultura científica actual.

O problema da crise de orientação da cultura científica actual foi denunciado por João Paulo II em várias ocasiões, mas, sobretudo, no *Encontro com os homens de ciência e estudantes na Catedral de Colónia*,

no Discurso que dirigiu a *um grupo de “Prémios Nobel”* e no *Jubileu dos cientistas*.

No *Encontro com os homens de ciência e estudantes na Catedral de Colónia*, sublinha o facto de o conhecimento científico ter conduzido a uma radical transformação da técnica humana e, por consequência, de as condições da vida humana na terra estarem mudadas, de modo inaudito e, até, notavelmente melhoradas. Aconteceu, porém, que ao tornar-se o motor de um geral desenvolvimento cultural, o progresso do conhecimento científico abarcou todos os sectores, tendo, assim, a transformação do mundo, a nível técnico, aparecido a muitos como o sentido e a finalidade da ciência

Porém, como o progresso científico nem sempre vem acompanhado de análoga melhoria das condições de vida do ser humano, uma vez que há consequências involuntárias e imprevistas que podem tornar-se perigosas e nocivas, João Paulo II salienta que são várias as dúvidas que se levantam sobre o seu sentido, o seu objectivo e o seu significado humano.

Estas interrogações sobre a ciência adquirem um peso particular, sobretudo diante da aplicação do pensamento científico ao homem. E, de facto, as chamadas ciências humanas, que forneceram, seguramente, importantes e crescentes conhecimentos relativamente às actividades e ao comportamento humano, correm o perigo, numa cultura determinada pela técnico-ciência, de serem utilizadas para manipular o homem, com intuítos de dominação económica e política.

João Paulo II considera que aquilo que está em causa é o próprio conceito de ciência, uma noção de ciência amplamente funcional que impregnou a cultura, em todos os campos, fazendo com que aquilo que nela se tornou decisivo fosse o sucesso técnico. Assim, o facto de ser tecnicamente possível produzir um certo resultado é tido por muitos como motivo suficiente para não terem de levantar mais questões a respeito da legitimidade, quer do processo que conduz a tal resultado, quer mesmo do próprio resultado.

Tal noção de ciência não deixa espaço para um valor ético supremo, tendo consequências a nível da concepção do mundo, do conceito de verdade e da própria razão. O mundo torna-se puro conjunto de fenómenos manipuláveis e o objecto da ciência uma conexão funcional que é analisada

somente em referência à sua funcionalidade. O conceito de verdade apresenta-se como supérfluo e, por vezes, explicitamente recusado. A própria razão aparece como simples função ou como instrumento de um ser que só encontra o sentido da sua existência no conhecimento científico.

As consequências de tão limitada visão da ciência não tardaram, porém, a aparecer, estando a surgir indesejados e imprevistos efeitos que despertam séria preocupação em segmentos cada vez mais alargados da população. Levantam-se, assim, hoje, sérias dúvidas acerca da capacidade que o progresso científico, como um todo, tem para servir o ser humano, começando a falar-se de uma crise de legitimação da ciência, crise essa que diz respeito aos rumos a serem tomados por toda a cultura científica, no seu conjunto.

João Paulo II acrescenta, ainda, que a ciência, só por si, não é capaz de fornecer resposta cabal à questão do significado básico da vida e da actividade humana e que, neste espaço, deixado vazio pela ciência, penetram as ideologias que aparecem com ar de cientificidade. E uma ciência puramente funcional, destituída de valor e de verdade, pode ser completamente escravizada pelas ideologias, as quais, na realidade, vão buscar a sua força de persuasão à necessidade imperiosa de resposta ao problema do sentido e ao interesse de mudança social ou política.

No *Discurso proferido a um grupo de Prémios Nobel*, refere-se, novamente, às dúvidas que se levantam acerca da capacidade que o progresso científico, só por si, como um todo, tem de servir o ser humano. E denuncia, perante as inúmeras possibilidades de manipulação, o perigo de desumanização radical a que o homem está exposto; são riscos de aplicações distorcidas do desenvolvimento esperado e que os próprios cientistas, através da sua experiência, cada um no seu campo, podem comprovar.

Deparamos, assim, com a questão que se tornou, hoje, dramaticamente urgente: saber qual o critério a seguir para não depararmos com tais consequências desastrosas. E João Paulo II não tem dúvidas de que o critério decisivo é o critério de servir o ser humano, todo o ser humano, na totalidade da sua identidade espiritual e corporal.

Também no *Discurso proferido aquando do Jubileu dos cientistas*, continuando com a crítica à vigente orientação da cultura científica, insiste

em apontar os malefícios que um conceito estreito e distorcido de ciência pode trazer para o homem. Refere que, no decurso dos séculos passados, a ciência, cujas descobertas são fascinantes, ocupou um lugar determinante, tendo sido, por vezes, considerada como o único critério da verdade ou como a via da felicidade. Salienta, porém, o facto de uma reflexão baseada exclusivamente em elementos científicos ter tentado habituar-nos a uma cultura da suspeita e da dúvida. Tal reflexão recusava-se, quer a considerar a existência de Deus, pensando às vezes que Deus fosse uma simples construção da mente, incapaz de resistir ao conhecimento científico, quer a examinar o homem no mistério da sua origem e do seu fim, como se tal perspectiva pudesse pôr em discussão a própria ciência. Semelhantes atitudes levaram a que a ciência se afastasse do homem bem como do serviço que ela é chamada a prestar-lhe; o progresso do saber só tem sentido se for em prol do bem da humanidade.

2. A dimensão humanista da ciência

A ciência tecnológica, no intuito de transformar o mundo, só é justificada pelo serviço que presta ao ser humano e à humanidade. Esta ideia, salientada no *Encontro com os cientistas e estudantes na Catedral de Colónia*, é seguida da afirmação de que não se poderá dizer que o progresso tenha ultrapassado os próprios limites enquanto muitos homens e mesmo povos inteiros estiverem a viver em condições de opressão e até de esmagamento da dignidade humana, condições estas que, lançando-se mão do conhecimento técnico-científico, poderiam ser melhoradas.

Encontramo-nos perante encargos enormes a que não podemos subtrair-nos e cujo cumprimento representa um serviço ao próximo, a quem devemos tal esforço. Este serviço fraterno é prestado porque nele reconhecemos a dignidade própria de um ser moral, a dignidade pessoal. Esta representa a instância em que é julgada qualquer aplicação cultural do conhecimento técnico-científico, aspecto que se reveste de particular importância num tempo em que o homem se torna, cada vez mais, matéria de investigação e objecto de técnicas, colocando-nos diante de desafios totalmente novos.

Neste sentido, no *Discurso a um grupo de Prémios Nobel*, manifesta grande apreço por todos aqueles que dedicaram e ainda estão a dedicar as suas vidas à investigação científica, chamando, porém, a atenção para os riscos que advêm para a humanidade de um uso distorcido das descobertas científicas. E, na *Sessão plenária da Pontifícia Academia das Ciências*, dirigindo-se aos representantes dos muitos investigadores, professores, assistentes e estudiosos das diversas Universidades, Academias e Instituições de investigação, lembra a influência que exercem sobre o desenvolvimento da ciência e da tecnologia, tendo, por consequência, especial responsabilidade no que diz respeito aos homens.

Refere, porém, que esta reflexão sobre a dimensão antropológica e humanista da ciência não significa, como erradamente podia ser entendida, uma espécie de “controlo humanista sobre a ciência”, isto é, como se fosse tarefa das disciplinas humanistas dirigir e orientar, de modo extrínseco, as aspirações e os resultados das ciências naturais que tendem para o projecto de investigações sempre novas e para a ampliação dos seus horizontes de aplicação. É claro que seria redutor limitar a reflexão sobre a dimensão humanista da ciência a um simples apelo àquela preocupação.

Aquilo que o tema da dimensão antropológica da ciência ou “humanismo científico” evoca é, porém, uma precisa problemática epistemológica. Aquilo que João Paulo II pretende sublinhar, nesta perspectiva, é, em primeiro lugar, o facto de o observador ser sempre parte em causa no estudo do objecto observado. Isto vale não só para as investigações sobre o que é extremamente pequeno, onde os limites cognoscitivos devidos a este envolvimento estreito já foram há muito tempo evidenciados e filosoficamente discutidos, mas também para as mais recentes investigações sobre o que é extremamente grande, onde a particular perspectiva filosófica adoptada pelo cientista pode influir de modo significativo na descrição do cosmos, quando se apresentam interrogações, sobretudo sobre a origem e o sentido do próprio universo. Em segundo lugar, pretende sublinhar a importância de uma cultura integrada e completa, capaz de superar a ruptura entre as disciplinas humanistas e as disciplinas científico-experimentais. Se a separação entre estas duas áreas do saber é certamente vantajosa, no momento analítico e metodológico de uma investigação qualquer, ela é bastante menos justificada e não isenta de perigos no momento sintético,

quando o sujeito se interroga sobre as motivações mais profundas do seu “fazer ciência” e sobre as recaídas “humanas” dos novos conhecimentos adquiridos, a nível tanto pessoal como social e colectivo.

O Papa tinha já salientado, no *Discurso aos cientistas*, na sede da Unesco, em Paris, que a dimensão humanista da ciência nos leva a focalizar um aspecto, por assim dizer, “interior” e “existencial” que envolve profundamente o investigador e merece particular atenção: a cultura e, portanto, também a cultura científica, possui, em primeiro lugar, um valor “imaneente ao sujeito”, isto é, todo o cientista, através do estudo e da investigação pessoal, aperfeiçoa-se a si mesmo e à própria humanidade. E refere que disto são testemunhas autorizadas os próprios cientistas. Com efeito, cada um, ao pensar na sua vida e na sua própria experiência de cientista, poderia dizer que a investigação construiu e, de algum modo, marcou a sua personalidade. Neste sentido, a investigação científica constitui, para muitos, a via para o encontro pessoal com a verdade e, talvez, o lugar privilegiado para o próprio encontro com Deus Criador.

Cultivada nesta perspectiva, a ciência resplandece em todo o seu valor, como um bem capaz de motivar uma existência, como uma grande experiência de liberdade para a verdade, como uma fundamental obra de serviço. Através dela, cada investigador sente que pode amadurecer e ajudar os outros a crescer em humanidade.

3. A responsabilidade ética na investigação científica

Falar da dimensão humanista da ciência é, para João Paulo II, salientar a responsabilidade ética da investigação científica, por causa das consequências que dela derivam para o homem, problema real que suscitou uma preocupação constante no Magistério da Igreja, especialmente na segunda metade do século XX.

Ao interpretar o seu caminho de investigador, o cientista compreende que deve actuar não só com a imparcialidade requerida pela objectividade do seu método, mas também com a honestidade intelectual, com a responsabilidade e, até, com uma espécie de “reverência”, tal como convém ao espírito humano, no seu aproximar-se da verdade.

Deparamos, assim, com a responsabilidade ética e moral do cientista. O facto de compreender sempre melhor a realidade singular do homem em relação aos processos físico-biológicos da natureza, a descoberta de sempre novos aspectos do cosmos, o saber mais sobre a posição e a distribuição dos recursos, sobre as dinâmicas sociais e ambientais, sobre as lógicas do progresso e do desenvolvimento, traduzem-se no dever que o cientista tem de *servir mais a humanidade inteira*, à qual ele próprio pertence.

A responsabilidade ética e moral, unida à investigação científica, pode, por isso, ser cultivada, não como um controlo, nem como uma imposição que chega a partir de fora, mas como uma exigência interna à ciência enquanto actividade plenamente humana. O homem de ciência sabe perfeitamente, do ponto de vista dos seus conhecimentos, que a verdade não pode ser negociada, obscurecida ou abandonada às livres convenções ou aos acordos entre os grupos de poder, as sociedades ou os Estados. Por conseguinte, por causa do seu ideal de serviço à verdade, o homem de ciência percebe que existe uma especial responsabilidade na promoção da humanidade, não de modo genérico ou entendido idealmente, mas como promoção do homem integral e de tudo o que é autenticamente humano.

Esta enorme responsabilidade a que os cientistas são chamados é também salientada no Discurso proferido no *Jubileu dos cientistas*. É-lhes pedido que actuem ao serviço do bem de cada pessoa e da humanidade inteira, sempre atentos à dignidade de todo o ser humano e ao respeito pela criação. E, citando Jean Guitton, quando afirma que, na investigação científica, jamais se deveria separar o aspecto espiritual do intelectual (cf. *Le travail intellectuel. Conseil à ceux qui étudient et à ceux qui écrivent*, 1951), João Paulo II recordava que, por essa razão, a ciência e a técnica necessitam de um apelo ao valor da interioridade da pessoa humana. Refere, ainda, que toda a abordagem científica tem necessidade de um apoio ético e de uma sábia abertura a uma cultura respeitadora das exigências da pessoa, da sua dignidade, criada à imagem de Deus.

Este grande desafio, perante o qual estamos, hoje, exige saber realizar a passagem, tão necessária como urgente, do fenómeno ao fundamento (cf. *A Fé e a Razão*). A investigação científica baseia-se, também ela, nas capacidades da mente humana em descobrir aquilo que é universal. Não

é possível, porém, deter-se simplesmente na experiência, mesmo quando esta exprime e manifesta a interioridade do homem e a sua espiritualidade. É necessário que a reflexão especulativa alcance a substância espiritual e o fundamento que a sustenta. Esta abertura do conhecimento introduz-nos no significado último e fundamental da pessoa humana no mundo.

A Igreja, por seu lado, teve e continua a ter grande estima pela investigação científica e técnica, pois ela “constitui uma expressão significativa do domínio do homem sobre a criação” (*Catecismo da Igreja Católica*, n. 2293) e um serviço à verdade, ao bem e à beleza. A história da Igreja e a história das ciências mostram-nos, de Copérnico a Mendel, de Alberto Magno a Pascal, de Galileu a Marconi, que a cultura científica está arraigada no cristianismo. A esta afirmação, proferida no *Jubileu dos cientistas*, segue-se a de que, de facto, se pode dizer que a investigação, explorando ao mesmo tempo aquilo que é maior e o que é mais pequenino, contribui para a glória de Deus que se reflecte em toda a parte do universo. *Verdade, liberdade e responsabilidade estão unidas na experiência do cientista*. A ciência é feita para a verdade e a verdade para o ser humano; e o ser humano reflecte como numa imagem (cf. *Gén.* 1, 27) a eterna verdade transcendente que é Deus.

4. Fé e ciência, distintas mas dialogantes no caminho para a verdade.

No *Encontro com os cientistas e estudantes na Catedral de Colónia*, João Paulo II afirma aquilo que é uma constante no seu pensamento: a ciência é também caminho para a verdade porque nela se desenvolve o dom de Deus que é a razão; esta, segundo a sua natureza, está destinada não para o erro, mas para a verdade do conhecimento.

Chamando, porém, a atenção para a necessidade de uma nova noção de ciência e para o facto de o conhecimento técnico poder ser utilizado tanto para o bem como para o mal, considera que não podemos olhar para o mundo técnico, obra do homem, como para um reino completamente isolado da verdade e do sentido. A cultura técnico-científica não tem, forçosamente, que ser concebida em oposição com o mundo da criação de Deus.

Neste sentido, João Paulo II, refere-se a Alberto Magno que afirmou, explicitamente, a distinção entre as duas ordens de conhecimento, a fé e a razão. Reconhecendo a autonomia e a independência das ciências, tomou posição em favor da liberdade da investigação e reconheceu a categoria de verdade numa ciência racionalmente fundada. Fé e ciência, pertencendo a duas ordens diversas de conhecimento que não se podem sobrepor, podem concorrer para a verdade. De facto, entre uma razão que, em conformidade com a própria natureza vinda de Deus é ordenada para a verdade e habilitada para o conhecimento do que é verdadeiro, e uma fé que se funda na mesma fonte divina de toda a verdade, não pode surgir nenhum conflito fundamental. A fé pressupõe e confirma os direitos próprios da razão natural e a sua aceitação pressupõe aquela liberdade que é própria unicamente de um ser racional.

João Paulo II não se dirige somente aos cientistas. Considerando fundamental um aprofundamento crítico dos problemas actuais, devido às nefastas consequências que a tecno-ciência tem trazido para o homem, desafia também os filósofos crentes a um empenhamento solícito e competente, capaz de analisar as expectativas actuais do movimento filosófico contemporâneo. Salientando que não existe nenhum motivo para não tomar posição em favor da verdade ou para ter medo dela, exorta-os a dirigirem-se a ela com amor e alegria, uma vez que a verdade e tudo o que é verdadeiro representam um grande bem. Será unicamente na diversidade, quer dizer, no interior de uma combinação de conhecimentos, abertos e complementares, que a filosofia bem como a teologia, enquanto ciências, como tentativas limitadas que são, podem atingir a unidade complexa da verdade.

Relativamente a este diálogo entre a filosofia e a teologia, assim como entre a ciência e a fé, João Paulo II, no *Jubileu dos cientistas*, salientou que o rico panorama da cultura contemporânea, no alvorecer do terceiro milénio, abre inéditas e promissoras perspectivas. Neste sentido, afirmou que se pode ser um investigador rigoroso, em todos os campos do saber, e um fiel discípulo do Evangelho e exortou os cientistas católicos a participarem na elaboração de uma cultura e de um projecto científico capazes de deixarem transparecer sempre a presença e a intervenção providencial de Deus.

Dirigindo-se aos investigadores crentes, apelou a que deixassem abertos os seus espíritos aos horizontes que a fé lhes proporciona. Firmemente ancorados nos princípios e nos valores fundamentais do seu itinerário de

mulheres e homens de ciência e de fé, podem estabelecer um diálogo profícuo e construtivo, também com quem está afastado de Cristo e da sua Igreja.

Ao basearem-se numa atenta observação da complexidade dos fenómenos terrestres e ao seguirem o objecto e o método próprios de cada área do saber, os cientistas descobrem as leis que governam o universo e também as suas relações, ficando atónitos e humildes diante da ordem criada, sentindo-se atraídos pelo amor do Autor de todas as coisas. A fé, por sua vez, é capaz de integrar e de assimilar toda a investigação, porque todas as investigações, através de uma compreensão mais profunda da realidade criada em toda a sua especificidade, dão ao homem a possibilidade de descobrir o Criador, fonte e finalidade de todas as coisas. E, citando S. Paulo, na Carta aos Romanos, afirmava: “As Suas perfeições invisíveis, tanto o Seu poder eterno como a Sua divindade, tornam-se visíveis quando as Suas obras são consideradas pela inteligência” (*Rom.* 1, 20).

E citando, mais uma vez, Santo Alberto Magno, refere que todos os que procuram compreender os segredos da criação e os mistérios do homem devem estar prontos a abrir a própria mente e o seu coração à verdade profunda que ali se manifesta e que “leva o intelecto a dar o próprio consenso” (Santo Alberto Magno, *Comentário sobre João*, 6, 44).

Do mesmo modo que o salmista evoca, na realidade da criação, o “testemunho silencioso” da admirável obra do Criador (*Sal.* 18, 2), também aqueles que estão empenhados na investigação são chamados a fazer, num certo sentido, a mesma experiência do salmista e a procurar a mesma maravilha. Para isso, considera ser necessário cultivar o espírito de modo a desenvolver-lhe a capacidade de admirar, intuir, contemplar, formar um juízo pessoal e cultivar o sentido religioso, moral e social” (*Gaudium et Spes*, 59).

Preocupado com os aspectos que considera negativos na aplicação da techno-ciência ao homem, e repetindo aquilo que tinha dito aos membros da Unesco, sublinha, no *Discurso aos Prémio Nobel*, o papel que a fé desempenha na percepção da dignidade humana: «O conjunto das afirmações concernentes ao ser humano pertence à própria substância da mensagem cristã e da missão da Igreja, a despeito de tudo o que a crítica possa haver declarado a este propósito». Lembra, ainda, o inestimável contributo que a revelação cristã prestou à consciência do homem moderno, relativamente à sua própria dignidade e aos seus próprios direitos.

O diálogo entre as duas ordens de conhecimento pode, de facto, ser benéfico, fazendo com que, através dele, se possa penetrar, cada vez mais, a verdade em todos os seus aspectos, porque ambas, a razão e a fé, provêm da mesma divina fonte de toda a verdade. Quem crê sabe muito bem que tudo quanto existe brota de uma palavra proferida pelo Criador, de um *fiat* primordial que já continha todas as coisas e a sua ordem universal. Consequentemente, quem crê julga que o mundo tem uma explicação e que, à medida que a ciência avança, árdua e penosamente, mesmo que, por vezes, hesite ou perca o seu rumo, deve chegar à compreensão do que constitui o universo, precisamente como o indica a etimologia da palavra «universo», uma ordem complexa em que os vários elementos estão harmoniosamente relacionados uns com os outros. Do mesmo modo, os grandes cientistas estão convencidos de que o objectivo final da ciência natural é a descoberta de uma lei fundamental, a mais simples possível, mas em virtude, justamente, da sua própria simplicidade, a mais difícil de se compreender, para explicar a constituição do universo. O cientista pensa que um só princípio rege todas as coisas e as suas interações básicas (Vitor Weisskopf, “The significance of Einstein’s thought”, Pontifícia Academia Scientiarum, *Einstein. Galileo*, Libreria Edit. Vaticano, 1980, p. 31).

A fé não teme, pois, a razão; fé e razão “constituem como que ‘as duas asas’ pelas quais o espírito humano se eleva para a contemplação da verdade. Foi Deus quem colocou no coração do homem o desejo de conhecer a verdade e, em última análise, de O conhecer a Ele, para que, conhecendo-O e amando-O, possa chegar também à verdade plena sobre si próprio” (*A Fé e a Razão*, p. 5).

A Igreja continua profundamente convencida de que as duas ordens de conhecimento, fé e razão, se ajudam mutuamente, exercendo, uma em prol da outra, a função, tanto de discernimento crítico e purificador, como de estímulo para progredir na investigação (cf. *A Fé e a Razão*).

Conclusão

1. Desde meados do século XX, com a publicação da obra do físico e historiador da ciência Pierre Duhem (*A teoria física, seu objecto, sua estrutura*, 1906, 1ª edição) que defendia a tese de não haver ruptura ou oposição

entre a Idade Média e o Renascimento mas uma continuidade, a tendência dos historiadores da ciência tem ido no sentido de salientar o papel crucial que a Igreja desempenhou no desenvolvimento da ciência, contribuindo, assim, para o afastamento daquilo que podemos designar de mito: a Igreja é hostil à ciência.

João Paulo II, não tendo qualquer intenção de ignorar ou de subestimar as tensões que surgiram no decurso da história entre a Igreja e as ciências naturais, na era moderna, salienta que a história da ciência está cheia de factos que atestam que, longe de impedir o desenvolvimento da ciência, a doutrina cristã contribuiu e continua a contribuir para o seu desenvolvimento, mostrando que razão e fé não são contraditórias, mas complementares.

Reconhecendo a importância do diálogo entre a ciência e a fé, considera ser revelador deste diálogo frutuoso a existência de muitos cientistas católicos e de um elevado número de clérigos católicos cuja obra científica foi abrangente e extremamente significativa. Menciona Santo Alberto Magno, dominicano, professor de S. Tomás de Aquino, um dos mais famosos precursores da ciência moderna, na Idade Média Clássica, que afirmou explicitamente a distinção das ordens de conhecimento entre a fé e a razão, reconhecendo a autonomia e a independência das ciências e tomando posição em favor da liberdade da investigação.

A insistência na observação directa e a recusa em aceitar a autoridade científica com base na fé foram contributos essenciais para a investigação científica, tal como hoje se pratica.

2. João Paulo II é, porém, contra aquilo que, no campo científico, tem vindo a acontecer, na cultura actual. A sua crítica dirige-se, fundamentalmente, à noção amplamente funcional de ciência, na qual é decisivo o sucesso técnico. Chama também a atenção para as consequências que não tardaram a aparecer de uma tão redutora visão da ciência, apelando, por isso, às pessoas que estão em posições de responsabilidade a tomar consciência dos riscos que um uso distorcido das descobertas científicas tem sobre a humanidade. O futuro do mundo está ameaçado nas suas próprias raízes, precisamente por esses avanços que trazem o mais claro cunho da genialidade humana.

Considera, assim, indispensável que a ciência e a técnica não tornem escravo o homem e que o sentido da cultura tenda para garantir ao homem a sua dignidade e uma cada vez maior liberdade.

Esta voz crítica vem juntar-se à de vários intelectuais que, no século XX, nomeadamente Jürgen Habermas, salientaram a necessidade de uma mudança de paradigma e de uma nova consciência epistemológica, perante a hegemonia do paradigma positivista, na investigação científica, nomeadamente nas ciências humanas e sociais. A situação em que se encontravam as ciências, no século XX, provocou, de facto, reacções, não só da filosofia (refira-se Jürgen Habermas que critica a “técnica e ciência como ideologia” e, recentemente, se pergunta pelo “futuro da espécie humana”), mas também das próprias ciências que começaram a manifestar sinais de uma nova forma de compreender “o científico”.

João Paulo II salienta que tem sido positivo o facto de não só as ciências humanas e sociais, mas também as ciências da cultura, não sendo as últimas a filosofia e a teologia, terem vindo a estimular, de muitos modos, a reflexão do homem moderno sobre si mesmo e a sua existência. E, com confiança, apela à grande responsabilidade dos investigadores, pioneiros da ciência, lembrando-lhes que devem actuar como vigilantes sentinelas nos meandros do progresso, denunciando toda e qualquer forma de intervenção sobre o ser humano ou sobre o seu ambiente de vida que possa vir a ser considerado como agressão à sua dignidade ou aos seus direitos inalienáveis.

3. Neste processo da afirmação do respeito pela dignidade humana e de uma cada vez maior liberdade do homem, reconhecendo e contrariando os falsos caminhos que a nossa cultura tem vindo a percorrer, considera que a fé desempenha um papel fundamental. E dirigindo-se com confiança aos homens e às mulheres que se encontram nas trincheiras da investigação e do progresso, perscrutando constantemente os mistérios do mundo, apela a que deixem abertos os seus espíritos aos horizontes que a fé lhes propõe. Junta, assim, a sua voz à daqueles que não querem contentar-se com o limite imanente das ciências e que buscam uma verdade total, de modo a que a vida humana encontre o seu sentido pleno. Ver-se-á, então, mais e mais claramente, o ser humano como ele é, como pessoa, para com a qual a úni-

ca atitude legítima é de respeito incondicional, supremo teste para aquilatar qualquer aplicação da ciência e qualquer planejamento concreto de novas experiências que a tecnologia venha a realizar.

A ciência pode, assim, encontrar-se sem dificuldade com a Igreja e abrir com ela um diálogo fecundo, porque precisamente o homem é a “primeira e fundamental via da Igreja” (*Redemptor hominis*, 14). A ciência pode, então, olhar com interesse para a Revelação bíblica que manifesta o sentido último da dignidade do homem, criado à imagem de Deus. Ela pode, enfim, sobretudo, encontrar-se com Cristo, o Filho de Deus, Verbo encarnado, o Homem perfeito, no qual o homem se torna mais homem (*Gaudium et Spes*, 41). Em Cristo, centro e ápice da história (*Tertio millennio adveniente*, 9-10), está contida também a norma do futuro da humanidade. N’Ele, salienta João Paulo II, a Igreja reconhece as condições últimas, a fim de que o progresso científico seja também um verdadeiro progresso humano que assegure a todos os homens uma vida autenticamente humana, capaz de se elevar ao Absoluto, abrindo-se não só às maravilhas da natureza, mas também ao mistério de Deus.

4. Assim, e em consequência do desenvolvimento das ciências modernas, o antigo problema do laço entre ciência e fé não se mostra superado mas, pelo contrário, manifesta, num mundo cada vez mais impregnado de ciência e de tecnologia, a sua plena importância vital. O problema já não é, hoje, de oposição entre ciência e fé, mas de diálogo.

Iniciou-se uma nova era que desafia cientistas e teólogos a procurarem o desenvolvimento de um diálogo construtivo que torne possível perscrutar, cada vez mais profundamente, o fascinante mistério do ser humano, bem como afastar as ameaças contra ele que, infelizmente, se tornam dia a dia mais graves. Os esforços a fazer nesta permuta interdisciplinar incentivarão um significativo progresso na compreensão da verdade, unidade complexa que, portanto, não pode ser captada senão quando encarada de diversos ângulos, quando for o ponto de encontro de diferentes formas de aberto e complementar conhecimento. Em particular, será assim incentivado um conhecimento mais completo do ser humano, dos componentes da sua essência, como também da dimensão histórica, mas nem por isso menos transcendente, da sua existência.

Neste sentido, manifesta João Paulo II o seu grande apreço por todos aqueles que dedicaram e ainda estão a dedicar as suas vidas à paciente pesquisa dos complexos meandros da realidade, na esperança de descobrirem um novo segredo que tenha permanecido oculto em alguma página do maravilhoso livro da natureza. E formula votos para que se possa desenvolver, de modo significativo, a reflexão sobre a relação entre os conteúdos antropológicos e o necessário rigor da pesquisa científica, oferecendo indicações esclarecedoras para o progresso integral do homem e da sociedade actual.

CORPOS E ALMAS: CONVERSAS SOBRE A DIGNIDADE HUMANA^{1*}

Paulo Vasconcelos Jacobina

Uma das discussões mais recorrentes que tenho, tanto no meu trabalho quanto nas relações pessoais, é a respeito da questão da *alma*. De facto, estou cercado de “espiritualistas” e “materialistas” que insistem em me bombardear, a todo momento, com verdadeiras “catequeses” a respeito de suas posições filosóficas (seria talvez mais preciso dizer “religiosas”) e insistindo para que eu tome uma posição: entre *corpo* e *alma*, de que lado eu fico?

- 1 -

Sobre a “dominação mítica e as fábulas religiosas cruéis”

Este é mais um daqueles falsos dilemas com que somos, actualmente, apresentados nos debates e nas conversas, sejam as presenciais, sejam as virtuais, em redes sociais e similares. Tenho muitos amigos materialistas, ou assim declarados, que me querem convencer de que os “espiritualistas” estão errados, e que simplesmente não existe e nem pode existir algo como uma “alminha” que pilota o corpo humano, um “espírito” que habita em nós misteriosamente e que precede, sobrevive ou mesmo não depende do corpo, e que a ele se junta acidentalmente em determinado tempo. Este mito “metafísico” é, dizem eles, a sobrevivência de velhos conceitos supersticiosos que precisam de ser destruídos pela ciência e pela racionalidade contemporâneas.

O corpo seria tudo: “*toda a física e toda a metafísica, todo o sagrado e todo o profano, toda a consciência e toda a inconsciência*”, como um

^{1*} Enviado por ZENIT.org em Agosto de 2015. Sob licença © Innovative Media Inc..

deles me afirmou, categoricamente. Tudo o resto, toda a metafísica que defende a existência desse “fantasma esotérico” (como ele chamava a alma humana) seria simplesmente o *recurso moralista* daqueles que “odeiam o corpo, odeiam a liberdade humana”. Assim, liberdade seria simplesmente a possibilidade de dizer *sim* a qualquer libido, a qualquer desejo, a qualquer inclinação corporal que não implique a destruição do corpo. O mais seria mera “*dominação mítica, fábulas religiosas cruéis*”. “Que nos deram vocês, os espiritualistas”, disse-me este meu amigo, “senão a repressão injusta e detestável dos prazeres corporais, em nome das suas fraquezas metafísicas? Vocês não admitem o culto do corpo, porque amam a repressão e a morte. Que fiquem com a morte, vocês que amam o martírio. Deixem a vida para nós, que somos fortes o suficiente para viver sem as ilusões religiosas dos fracos. Renunciaremos a este dualismo medieval entre *corpo* e *alma*, quando assumirmos a realidade exclusiva do corpo e do *sim* a todas as suas exigências!”

Espiritualistas

Que adiantaria explicar ao meu interlocutor que não sou nenhum “espiritualista”, no sentido dualista que ele estava colocando? A sua “fê” materialista não admitiria nenhuma contestação. Ele chegou a dizer-me: “Você duvida que o corpo é tudo? Experimenta passar fome, mendigar e dormir ao relento e adoecer. Você verá como mudarão os seus pensamentos. Porque as nossas convicções todas são apenas estados mentais, que refletem as necessidades do nosso corpo. E os nossos medos e desejos são os medos e desejos do nosso corpo”. Ele só não me explicou como chegou a descobrir isto sem ter experimentado *pessoalmente* (como eu sei que ele não experimentou) nenhum desses sofrimentos.

Mas os verdadeiros “espiritualistas”, aqueles que adoptam a dualidade entre “corpo e alma”, não estão ausentes das nossas conversas no cafezinho. Tanto aqueles que se dizem cristãos e desprezam “as coisas deste mundo”, que seria o “mundo de Satanás”, em prol de uma salvação etérea e estritamente “espiritual”, que não envolverá o nosso *corpo*, mas apenas a nossa *alma* enviada a um “paraíso” de anjinhos e harpas; quanto aos “espíritas” das mais diversas matizes, que acreditam que nós somos apenas

“alminhas” presas num corpo “grosseiro” para fins de aperfeiçoamento e “evolução espiritual”; a alma e o corpo seriam, então, para estes, dois *entes* completamente estranhos entre si, e mais: para eles somente à *alma* pertence verdadeiramente a natureza humana.

O corpo não é mera *extensão* e a alma não é mero *pensamento imaterial*

Em determinado momento da conversa, eu tomei a palavra e disse: “Não posso concordar com a proposição de que o *corpo* é mera *extensão*, e a alma, mero *pensamento imaterial*. Esta, aliás, não é uma ideia medieval, mas o exacto centro da filosofia *cartesiana*, que é moderna.” Como notei que eles estavam atentos, prossegui: “Eu entendo e defendo que o corpo é uma *coisa individualizada pela matéria*. De facto, um boneco de pano é um *corpo*, e uma pessoa humana também é um *corpo*. “O que nos torna, a nós humanos, qualitativamente diferentes de qualquer outro amontoado de matéria é a nossa *forma*, amigo. Um corpo é uma coisa *individual* com uma *forma*; portanto, de facto, um corpo é uma *unidade*, e não possui nada *fora de si mesmo*; portanto, de facto não há *fantasmasinhos humanos* no sentido que vocês, materialistas, combatem. Mas os seres corporais não são uma *simplicidade*, como a sua fala materialista parece reduzir – **O corpo é uma unidade de forma e matéria. Mas ser uno é diferente de ser simples.**”

“Como assim?” Perguntou-me o materialista.

“Fácil”, respondi. “Pense num carro. Convenientemente, há um automóvel que se chama ‘Uno’; e, embora de facto ele seja “*uno*”, ele não é *simples*: é composto de várias peças, partes, que, juntadas numa determinada ordem, constituem-no como carro. Esta ordem é o que chamo de *forma*.” “Um corpo”, prossegui, “é, já em si mesmo, um composto *uno, individual e indivisível de matéria e forma*; a forma dá-lhe *inteligibilidade*, a matéria dá-lhe alteridade ou *individualidade*.”

Matéria e forma compõem o corpo, e *não existem fora dos corpos que compõem*, e portanto você, no seu materialismo grosseiro, está certo ao dizer que não há nada além do corpo com *individualidade* na realidade. Os números matemáticos, por exemplo, não têm matéria, mas existem. No entanto, existem *apenas nas mentes*. Se não houvesse ninguém para pensá-

-los, eles não existiriam. Isto não significa que sejam irreais, mas não têm *individualidade*: se eu e você pensamos ao mesmo tempo no número dois, ele existe *simultaneamente* na minha mente e na sua; mas um *ser* corporal só existe *num lugar*, e portanto a sua realidade é o seu *corpo!*”

“O problema”, prossegui, “é que a *forma* de um corpo não é sua *matéria*, já que todos os corpos têm matéria; a forma especifica o corpo na sua *inteligibilidade*. Uma *pedra* não é uma *formiga*, e esta não é um *ser humano*. Um *prato de almoço* não é um *vaso sanitário*, como imagino que você já teve oportunidade de descobrir (espero que sim...). O que diferencia os dois não é a *porcelana*, que é a *matéria* que os compõem, mas a *forma* que têm...”

A alma é a própria forma do corpo

“Os seres vivos”, prossegui, “têm, além do mais, algo em sua *forma* que os diferencia dos seres inertes, e isto consiste na sua capacidade de serem *causa* do próprio movimento. A isto se chama *alma* – uma forma corporal capaz de ser causa do próprio movimento. Nada esotérico, nada metafísico, nada religioso. O meu amigo ‘espiritualista’ está errado, creio. A alma não é, como ele diz e você nega, um *algo* no corpo. Ela é a *própria forma do corpo*, sem a qual o corpo vivo nem seria corpo.”

Continuei: “Dá para pensar isto até no plano estritamente empírico: se um *corpo* não causa o seu próprio movimento, sua *forma* é *inerte*. Se causa, sua *forma* é *activa*, e chama-se *alma*. Ser corpo dotado de *forma activa*, ou *alma*, é o que compartilhamos com todos os *seres vivos* – é a nossa natureza comum com eles”.

À *forma* corporal que, além de ser *causa do próprio movimento*, é ainda capaz de *reflexão filosófica, moral e religiosa*, chamamos *espírito*.

“Há algo, no entanto, que especifica a *forma humana*, frente às outras formas do género animal. Se de facto compartilhamos com os animais uma forma capaz de ser *causa* do nosso movimento, e portanto a nossa forma pode ser chamada *alma*, como a dos animais e vegetais, nós não compartilhamos com eles a nossa capacidade de *reflexão*, seja filosófica, seja religiosa, seja moral. Eu nunca discuti filosofia ou religião com nenhum animal que não fosse humano! À *forma* corporal que, além de ser *causa do próprio movimento*, é ainda capaz de *reflexão filosófica, moral e religiosa*,

chamamos *espírito*. Mas ele não existe na realidade que se nos apresenta senão como *forma* de alguma coisa, de um ser humano *real e concreto*, e portanto não me peça para concordar com todos esses ‘*espiritualistas*’ e ‘*espíritas*’ que negam o valor da matéria e consideram o ‘*espírito*’ humano como um ser em si mesmo. Ele não é! Se ele subsiste ou não à morte, é algo que não está aqui em discussão.

Mas se o espírito humano fosse um ser completo em si mesmo, seria inteligível defender a existência, por exemplo, de ‘almas femininas em corpos masculinos’, e a necessidade de *mutação do corpo*, neste caso, para supostamente adaptar o *corpo*, que seria inferior, à *alma*, como ente superior à matéria e perfeito em si mesmo, o que soaria como um *absurdo filosófico* a qualquer pensador que parta de onde partimos. Ora, se a alma é simplesmente a *forma do corpo*, então não há nenhuma *coerência* em nem sequer discutir a eventual existência de uma *alma* que tivesse em si mesmo uma *forma diversa* daquela do corpo que ela constitui. Quaisquer eventuais *desajustes de identidade*, aí, estariam no plano *psicológico* ou *emocional*, e não no plano do *ser*”.

Nessa altura, ambos os “debatedores” se entreolharam, e concordaram em dizer-me simplesmente: “*you complica demais as coisas!*” E foram discutir noutro lugar.

- 2 -

A mente não é um disco rígido

Lembro-me, ainda em tenra idade, sentado na mesa da cozinha a fazer as tarefas de casa da escola enquanto a minha mãe lavava os pratos. Sempre que me acometia aquela preguiça, aquela dispersão própria dos estudantes, eu queixava-me para a minha mãe: “*estou com a cabeça cheia, não quero mais estudar! Não tenho mais espaço no meu cérebro!*” E ela, muito sábia na sua simplicidade, respondia: “*estude, menino! O conhecimento não ocupa espaço!*”

Esta é uma lembrança que resgato, às vezes, quando penso na minha própria mente como um “disco rígido” de computador, que ela não é. De

facto, jamais ouvi falar de um disco rígido com, digamos, dramas existenciais, tendências suicidas, ou mesmo com angústias religiosas. O mundo da informática jamais nos dará um único Kierkegaard.

No texto anterior a este, eu mencionava a minha conversa com alguns colegas “materialistas” e “espiritualistas” no meu trabalho, e como a nossa falta de noção sobre dois conceitos básicos do pensamento aristotélico (*matéria e forma*) torna difícil e confuso falar sobre noções como *alma, espírito, ser vivo, ser humano e pessoa*. E como a conversa tinha sido abruptamente interrompida pelos colegas com a observação: “você complica demais as coisas!”. Ora, não se trata de complicar, mas de respeitar aquele sábio conselho aristotélico que constitui a primeira frase do pequeno (e magnífico) livro de Tomás de Aquino chamado “O Ente e a Essência”: “*um erro insignificante ao início pode tornar-se grande no final*”; e por isto é sempre necessário voltar ao *início*, aos princípios, quando se fala de grandes erros do pensamento. Sim, porque a forma com que encaramos o nosso próprio *corpo* e nosso próprio *ser* faz toda a diferença em relação à forma com que vivemos.

Então vamos simplificar; ou melhor, vamos aprofundar. Tratamos ali da noção de *forma e matéria*, como elementos que formam os seres corporais, e como a *unidade* essencial dos seres corporais é às vezes confundida com simplicidade. Os seres corporais são sempre *unos, indivisíveis como seres*, mas nunca são *simples*; há, em todo o ser corporal, uma *composição intrínseca de forma e matéria* que leva à sua identidade: é assim que da mesma *matéria* (por exemplo, a porcelana) posso fazer coisas de diferentes *formas* (por exemplo, um prato ou um vaso sanitário), e, se por um lado é a sua *matéria* que torna estas coisas *distintas* entre si, é a sua *forma* que tornará inteligíveis para mim as *diferenças* entre essas coisas. Vimos, também, que a *forma dos seres vivos*, aquela forma capaz de dar a uma porção de *matéria* a sua capacidade de ser a *causa dos próprios movimentos* (capacidade a que chamamos *vida*) faz com que tais formas sejam chamadas *alma*. A mesma *matéria*, portanto, que um dia esteve diluída no mar, ou mesmo espalhada como poeira ou lama num campo, pode hoje compor um corpo vivo, sob uma forma *animada* (*anima* nada mais é que a palavra latina para “alma”). Não há nada de esotérico aí, nada que não possa ser perfeitamente constatado empiricamente.

As lições da natureza

Há, porém, nessas formas animadas, diversos graus de animação. Não estou a falar, aqui, de biologia, mas de *observação livre da natureza*, aquela que faz um menino curioso num dia de sol. Por exemplo, há coisas animadas que são capazes apenas de nutrir-se, crescer e reproduzir-se. Deste tipo de ser dizemos que apenas *vegeta*, ou que possui apenas as funções *vegetativas*. Há um uso contemporâneo deste termo quando nos referimos, por exemplo, a alguém num estado de coma profundo como uma pessoa em estado *vegetativo*.

Este mesmo menino observaria, no entanto, outros seres que caminham, voam ou rastejam em torno de si, que esgravatam, observam, assustam-se e fogem à sua aproximação. Ele nota que esses mesmos seres animados desempenham funções *mais elaboradas* do que as das plantas que ele contemplou anteriormente. Além de fazer as mesmas coisas que as plantas fazem, eles são capazes ainda de perceber o estímulo ambiental, interpretá-lo e mover-se na direcção do estímulo, conforme o estímulo lhes seja agradável, ou para longe dele, conforme lhes seja repulsivo. A sua forma, a sua *alma*, portanto, concede-lhes uma aguçada *capacidade sensorial* aos estímulos que são apresentados aos sentidos, e concede mesmo uma capacidade de *unificar* estes estímulos e *reagir* em conformidade com esta *imagem* que os seus sentidos lhe fornecem, estimando além disso qual a reacção *adequada* a cada estímulo, e mesmo guardar *memória* deles; isto acontece, por exemplo, quando o seu cachorrinho, em casa, busca a sua companhia, mas foge de estranhos. A este ser, capaz de agir assim, dizemos que tem uma alma *sensitiva*.

Este menino, no entanto, se ainda não estiver contaminado por nenhuma dessas “filosofias” monistas ou panteístas que discutimos no texto anterior, poderá *contemplar-se* e descobrir que ele é o único ser ali capaz de elaborar todos estes raciocínios, todas estas classificações, de *se perguntar mesmo pela estrutura da realidade que se está a apresentar a ele próprio*. Ele é capaz de perguntar não somente *o que é* esta realidade que ele está a conhecer, mas, principalmente de perguntar *quem é ele mesmo*, quem é o *autor* de tantas perguntas que assomam à sua mente. Como dizia um querido amigo mineirinho que tenho, ele é o único ser ali que pode perguntar:

“*quemcossô, poncovô, donqueuvin e oncotô*” (se não entender estas palavras, procure um amigo de Minas Gerais para explicar).

A capacidade de se perceber, pensando

Este exacto acto de se contemplar, de refletir, tem necessariamente que ser destituído de materialidade. Todos nós sabemos, das nossas aulas básicas de ciência, que dois corpos materiais não podem ocupar o mesmo lugar no espaço. É por isso que um ser corporal com olhos *jamais é capaz de olhar dentro dos próprios olhos*: a matéria *não pode curvar-se sobre si mesma* de modo a interpenetrar-se. Para olhar os próprios olhos, um ser corporal precisa sempre de um outro objecto material que reflita sua imagem de volta para si mesmo, como um espelho. Mas aquele nosso menino é capaz de perceber-se pensando, e de *refletir* sobre os seus próprios pensamentos, sobre a sua própria imaginação e memória, e mesmo de observar-se a imaginar, a pensar e a lembrar. Sem nenhuma ajuda de um objeto material externo, como um espelho. É capaz mesmo de se observar mentalmente a si mesmo enquanto reflete. Numa palavra, ele percebe que é *inteligente!* E que a sua inteligência, conquanto lide com dados sensoriais, dobra-se sobre estes dados de uma maneira que nenhuma dimensão material do seu corpo é capaz de fazer. A inteligência tem uma qualidade, portanto, que, se por um lado está entranhada em sua materialidade, por outro a supera, já que pode *dobrar-se sobre si mesmo* de um modo tal que nenhum corpo material pode fazê-lo.

E mais: é capaz de perceber em si as inclinações, os instintos, os desejos e escolher entre eles, não somente cedendo ao mais apetitoso, mas eventualmente ao que contraria aos seus apetites sensoriais. Ele colhe uma pequena fruta daquela árvore, bela, madura e succulenta, e não a come, apesar de desejá-la profundamente, a ponto de estimular sua salivação: reserva-a para levar, mais tarde, à sua avó amada que se encontra doente num quartinho dos fundos. Ou mesmo de um pobre mendigo que se senta na calçada da sua casa. É assim que ele descobre que tem uma vontade, capaz de escolher entre os diversos desejos que se lhe apresentam aos sentidos. E, uma vez que esta vontade o conduz *além dos desejos sensoriais*, percebendo que são os *corpos externos a si* que estimulam os seus sentidos, ele

poderia intuir também que esta vontade capaz de reconhecer os apetites sensoriais e escolher não os satisfazer deve, de algum modo, ser capaz de superar a materialidade dos seus desejos, instintos, inclinações e estímulos, uma vez que pode escolher uma conduta que, embora reconhecendo-os, os ignore a todos e se dirija a um fim que é deles independente. A esta alma, capaz das mesmas funções que a alma simplesmente vegetativa, capaz ainda das mesmas funções da alma sensitiva, e ainda capaz de reflexão e escolha, chamamos alma espiritual ou espírito – por envolver dimensões reflexivas que de algum modo superam a matéria. E aos seres capazes de reflexão chamamos *peessoas*, e dessa capacidade de reflexão vem a sua *dignidade*. Um ser humano, por ser pessoa, tem o direito de ser mais do que vegetativo. Tem o direito de ser mais do que simplesmente sensitivo e instintivo. Tem o direito de ser reflexivo no pensar e livre no escolher. Cada vez que uma pessoa está reduzida apenas aos aspectos vegetativos e sensitivos de sua alma, está sendo ofendida na sua dignidade humana, que se plenifica no direito de desenvolver plenamente a sua capacidade de *reflexão e livre escolha* – no desenvolvimento pleno da sua capacidade *espiritual*. Uma planta realiza-se plenamente por ser planta. Um animal tem a sua dignidade, que consiste em ser mais que uma planta, e poder exercer livremente os seus potenciais sensitivos. Uma pessoa humana não pode reduzir a si mesma, ou mesmo reduzir o outro, a viver como um animal irracional, ou mesmo como uma planta, sem perder, exactamente aí, e exactamente por isso, a sua dignidade de pessoa. Mas para isso, para discutir ética, precisaríamos de aprofundar a noção de acto e potência, o que somente poderá ser feito noutra ocasião...

O CUIDADO DA CASA COMUM

Uma Encíclica diferente

Pedro Vaz Patto

Grande parte das notícias relativas à encíclica do Papa Francisco *Laudato Si, sobre o cuidado da casa comum*, acentuavam a adesão da Igreja Católica às principais causas ambientalistas, incluindo a da luta contra o aquecimento global. E acentuavam a oportunidade política da sua publicação a poucos meses da cimeira de Paris, onde esta questão vai ser debatida. A encíclica toma posição de forma assertiva, como reconheceram com agrado organizações ambientalistas. E os aplausos abundam, do secretário-geral da O.N.U, ao presidente Obama. Essas causas encontram um aliado, o Papa Francisco, cuja forte autoridade moral é reconhecida por muitos (reconheceu-a há dias, por exemplo, o famoso economista indiano e prémio Nobel Amartya Sen).

Podemos encarar este facto como exemplo de uma Igreja que, na linha da *Gaudim et Spes*, faz suas as angústias e preocupações da humanidade de hoje e está atenta aos *sinais dos tempos*.

O reconhecimento da tese da responsabilidade da atividade humana no aquecimento global (tese que nem todos os cientistas aceitam e é contestada, também pelas implicações económicas a ela associadas) não transforma, obviamente, esta tese em verdade doutrinal (em magistério da Igreja), como se salienta na própria encíclica (n. 61) e salientou o Papa na sua viagem às Filipinas. Mas, numa perspetiva de diálogo entre a fé e a ciência, não poderia o Papa falar num plano puramente abstrato, ignorando o «*consenso científico muito consistente*» (são palavras da encíclica – n. 24) que essa tese vem recolhendo.

Mas esta forma de apresentação da encíclica (a Igreja que adere às causas ambientalistas e a oportunidade política da sua publicação neste momento) pode ser muito redutora.

Por um lado, porque há outros aspetos da sua dimensão política que não podem ser ignorados.

Assim, a ligação entre as causas da proteção do ambiente e as causas do combate à pobreza e da justiça social. «*Não há duas crises separadas, uma ambiental e outra social, mas uma só e complexa crise socio-ambiental*» (n. 139) - afirma o Papa. Há uma dívida ecológica dos países ricos para com os países pobres (n. 51); os primeiros têm maiores responsabilidades na degradação do estado do planeta, por dever de justiça devem assumir encargos maiores nos custos que implica o combate a essa degradação.

O Papa, com a frontalidade a que nos vem habituando, critica a fraqueza da reação mais comum entre os governos diante da urgência de mudanças: uma visão que designa por «*eficientista e imediatista*» (n. 181), de horizontes limitados ao curto prazo. Diz:

«O drama dum política focalizada nos resultados imediatos, apoiada também por populações consumistas, torna necessário produzir crescimento a curto prazo. Respondendo a interesses eleitorais, os governos não se aventuram facilmente a irritar a população com medidas que possam afetar o nível de consumo ou pôr em risco investimentos estrangeiros. A construção míope do poder frena a inserção dum agenda ambiental com visão ampla na agenda pública dos governos. Esquece-se, assim, que “o tempo é superior ao espaço” (...) A grandeza política mostra-se quando, em momentos difíceis, se trabalha com base em grandes princípios e pensando no bem comum a longo prazo.» (n. 178). «*Para que se quer preservar hoje um poder que será recordado pela sua incapacidade de intervir quando era urgente e necessário fazê-lo?*» (n. 57).

O Papa não se limita a juntar-se ao coro de vozes que hoje já se ouvem com insistência. Também vai contra a corrente do “politicamente correto”. Não adere acriticamente à agenda da O.N.U..

Assim é quando ***rejeita a tese de que a proteção do ambiente impõe a educação*** da população dos países mais pobres e critica o condicionamento de ajudas a estes países à aceitação de programas de “saúde reprodutiva”

(um eufemismo onde se inclui o recurso ao aborto). Tal como quando denuncia a incompatibilidade entre a defesa da natureza e a justificação do aborto.

«*Culpar o incremento demográfico em vez do consumismo exacerbado e seletivo de alguns é uma forma de não enfrentar os problemas. Pretende-se, assim, legitimar o modelo distributivo atual, no qual uma minoria se julga com o direito de consumir numa proporção que seria impossível generalizar, porque o planeta não poderia sequer conter os resíduos de tal consumo (...)*» (n. 50). Ou seja: a redução demográfica imposta aos países pobres é uma boa maneira de evitar a necessária redução do consumo dos países ricos.

«*Uma vez que tudo está relacionado, também não é compatível a defesa da natureza com a justificação do aborto. Não parece viável um percurso educativo para acolher os seres frágeis que nos rodeiam e que, às vezes, são molestos e inoportunos, quando não se dá proteção a um embrião humano ainda que a sua chegada seja causa de incómodos e dificuldades: “Se se perde a sensibilidade pessoal e social ao acolhimento duma nova vida, definham também outras formas de acolhimento úteis à vida social”¹*». (n. 120). A ética da vida e a ética social estão, assim, profundamente interligadas, como salientou várias vezes Bento XVI e também já salientou o Papa Francisco (explicitamente, numa sua recente mensagem de 22 de maio).

Mas o capítulo que me parece de salientar acima de todos, porque ajuda a compreender a motivação mais profunda do cuidado para com o ambiente, porque ajuda a desfazer vários equívocos que podem surgir, e porque é nele que reside o contributo mais característico e insubstituível da Igreja para o debate e a ação sobre o cuidado do ambiente, é o relativo ao “*Evangelho da Criação*”. As atenções de todos deveriam concentrar-se sobretudo aqui. Em ligação com esse capítulo, e como sua aplicação prática na vida quotidiana de todos nós, também merece especial atenção o capítulo relativo à “Educação e Espiritualidade Ecológicas”.

¹ Esta última frase é extraída da encíclica *Caritas in Veritate* do Papa emérito Bento XVI, o documento mais citado em toda a encíclica, segundo o que li num artigo sem confirmar.

A teologia da criação leva-nos a respeitar esta como precioso dom de Deus. A criação não é Deus (como seria próprio de uma visão panteísta, do pensamento mítico pré-cristão, ou de correntes pós-cristãs de tendência *New Age*), não é, pois, intocável ou perfeita em si mesma. O ser humano é criatura, não se cria a si próprio. É uma criatura dotada de sublime dignidade, mas não deve substituir-se ao Criador, deve, antes, com Ele colaborar, completando a sua obra, sem a destruir. Estas ideias são desenvolvidas com profundidade e beleza em vários pontos da encíclica.

Sobre a criação como dom e reflexo de Deus:

«(...) *São Francisco, fiel à Sagrada Escritura, propõe-nos reconhecer a natureza como um livro esplêndido onde Deus nos fala e transmite algo da sua beleza e bondade*» (n. 12)

«*Na tradição judaico-cristã, dizer “criação” é mais do que dizer natureza, porque tem a ver com um projeto do amor de Deus, onde cada criatura tem um valor e um significado. A natureza entende-se habitualmente como um sistema que se analisa, compreende e gere, mas a criação só se pode conceber como um dom que vem das mãos abertas do Pai de todos, como uma realidade iluminada pelo amor que nos chama a uma comunhão universal.*» (n. 75).

Afirma sobre esta questão, comentando a encíclica, o filósofo francês Fabrice Hadjad (que esteve este entre nós há poucos meses): «*reconhecer que a natureza não é um amontoado de energia e materiais disponíveis, mas uma certa ordem a respeitar, acompanhar e prolongar, supõe a providência de um Criador generoso*» (www.famillechrétienne.fr, 22/6/2015)

Sobre o lugar do ser humano na criação, afirma a encíclica:

«(...) *Na primeira narração da obra criadora, no livro do Génesis, o plano de Deus inclui a criação da humanidade. Depois da criação do homem e da mulher, diz-se que “Deus, vendo a sua obra, considerou-a muito boa” (Gn 1, 31). A Bíblia ensina que cada ser humano é criado por amor, feito à imagem e semelhança de Deus (cf. Gn 1, 26). Esta afirmação mostra-nos a imensa dignidade de cada pessoa humana, que “não é somente alguma coisa, mas alguém. É capaz de se conhecer, de se possuir e de livremente se dar e entrar em comunhão com outras pessoas”. São João Paulo II recordou que o amor muito especial que o Criador tem por cada*

ser humano “confere-lhe uma dignidade infinita”. Todos aqueles que estão empenhados na defesa da dignidade das pessoas podem encontrar, na fé cristã, as razões mais profundas para tal compromisso. Como é maravilhosa a certeza de que a vida de cada pessoa não se perde num caos desesperador; num mundo regido pelo puro acaso ou por ciclos que se repetem sem sentido! O Criador pode dizer a cada um de nós: “Antes de te haver formado no ventre materno, Eu já te conhecia” (Jr 1, 5). Fomos concebidos no coração de Deus e, por isso, “cada um de nós é o fruto de um pensamento de Deus. Cada um de nós é querido, cada um de nós é amado, cada um é necessário”» (n. 65)

A ecologia numa perspetiva do cristão, não é, pois, anti-humanista. Nem equipara a dignidade das várias espécies, como pretendem as correntes que criticam o chamado “*especismo*”, inspiradas pelo mote “*todos iguais, todos animais*”, e que chegam a afirmar ter mais valor um mamífero adulto de outra espécie do que um ser humano na fase embrionária ou recém-nascido. A encíclica reconhece (n. 130), citando o *Catecismo da Igreja Católica*, a legitimidade da experimentação com animais quando está em causa a possibilidade de salvar vidas humanas através da medicina². Mas a teologia da criação também nos leva a compreender que o ser humano não deve substituir-se ao Criador, nem tratar a natureza como objeto do seu domínio absoluto. ***A especial dignidade da espécie humana é um privilégio, mas também uma responsabilidade.*** A encíclica denuncia o “*antropocentrismo moderno*” ou “*antropocentrismo desordenado*” como uma das raízes (juntamente com o “*paradigma tecnocrático*” e o “*relativismo prático*”) da crise ecológica.

«Não somos Deus. A terra existe antes de nós e foi-nos dada. Isto permite responder a uma acusação lançada contra o pensamento judaico-cristão: foi dito que a narração do Génesis, que convida a “dominar” a terra (cf. Gn 1, 28), favoreceria a exploração selvagem da natureza, apresentando uma imagem do ser humano como dominador e devastador. Mas esta não é uma interpretação correta da Bíblia, como a entende a

² Contra a posição de associações animalistas que defendem a oposição absoluta dessa experimentação e recentemente apresentaram uma iniciativa legislativa europeia nesse sentido.

Igreja. Se é verdade que nós, cristãos, algumas vezes interpretámos de forma incorreta as Escrituras, hoje devemos decididamente rejeitar que, do facto de ser criados à imagem de Deus e do mandato de dominar a terra, se deduza um domínio absoluto sobre as outras criaturas. É importante ler os textos bíblicos no seu contexto, com uma justa hermenêutica, e lembrar que nos convidam a “cultivar e guardar” o jardim do mundo (cf. Gn 2, 15). Enquanto “cultivar” quer dizer lavrar ou trabalhar um terreno, “guardar” significa proteger, cuidar, preservar, velar. Isto implica uma relação de reciprocidade responsável entre o ser humano e a natureza. Cada comunidade pode tomar da bondade da terra aquilo de que necessita para a sua sobrevivência, mas tem também o dever de a proteger e garantir a continuidade da sua fertilidade para as gerações futuras. Em última análise, “ao Senhor pertence a terra” (Sl 24/23, 1), a Ele pertence “a terra e tudo o que nela existe” (Dt 10, 14). (...)» (n. 67)

«Não podemos defender uma espiritualidade que esqueça Deus todo-poderoso e criador. Neste caso, acabaríamos por adorar outros poderes do mundo, ou colocar-nos-íamos no lugar do Senhor chegando à pretensão de espezinhar sem limites a realidade criada por Ele. A melhor maneira de colocar o ser humano no seu lugar e acabar com a sua pretensão de ser dominador absoluto da terra, é voltar a propor a figura de um Pai criador e único dono do mundo; caso contrário, o ser humano tenderá sempre a querer impor à realidade as suas próprias leis e interesses.» (n. 75). Esta frase merece destaque, para compreender o sentido mais profundo do pensamento do Papa sobre a proteção do ambiente, que nem sempre tem sido sublinhado: «A melhor maneira de colocar o ser humano no seu lugar e acabar com a sua pretensão de ser dominador absoluto da terra, é voltar a propor a figura de um Pai criador e único dono do mundo; caso contrário, o ser humano tenderá sempre a querer impor à realidade as suas próprias leis e interesses.»

Houve quem falasse, a este respeito, «no regresso da Igreja ao “anti-modernismo». Mas a encíclica não condena a ciência e a tecnologia, que são «um produto estupendo da criatividade humana que Deus nos deu», «remédio a inúmeros males, que afligiam e limitavam o ser humano» (n. 102). Condena aquilo a que chama “paradigma tecnocrático”, a pretensão

de, já não intervir na natureza acompanhando as possibilidades por esta oferecidas, mas de «*extrair o máximo possível das coisas por imposição da mão humana, que tende a ignorar ou esquecer a realidade própria do que tem à sua frente*» (n. 106). E não condena o progresso, propõe um novo modelo, baseado mais no *ser* do que no *ter*. «*Trata-se de abrir caminho a oportunidades diferentes, que não implicam frenar a criatividade humana nem o seu sonho de progresso, mas orientar esta energia por novos canais*» (n. 196).

O lugar do ser humano como vértice da criação (só ele “*querido por si mesmo*”, como afirma a *Gaudium et Spes* e repetia incessantemente São João Paulo II), lugar que a encíclica não deixa de acentuar, não conduz, porém, a desvalorizar outros seres vivos como simples instrumentos ao serviço da utilidade humana. A encíclica reconhece o valor intrínseco destes, isto é, que eles têm valor para além da utilidade que possam ter para com o ser humano (contra a visão jurídica tradicional, que os encara como coisas sujeitas ao domínio ilimitado do seu proprietário³). O que se compreende também à luz da teologia da criação.

«Ao mesmo tempo que podemos fazer um uso responsável das coisas, somos chamados a reconhecer que os outros seres vivos têm um valor próprio diante de Deus e, “pelo simples facto de existirem, eles O bendizem e Lhe dão glória”, porque “o Senhor Se alegra em suas obras” (Sl 104/103, 31). Precisamente pela sua dignidade única e por ser dotado de inteligência, o ser humano é chamado a respeitar a criação com as suas leis internas, já que “o Senhor fundou a terra com sabedoria” (Pr 3, 19). Hoje, a Igreja não diz, de forma simplicista, que as outras criaturas estão totalmente subordinadas ao bem do ser humano, como se não tivessem um valor em si mesmas e fosse possível dispor delas à nossa vontade; mas ensina – como fizeram os bispos da Alemanha – que, nas outras criaturas, “se poderia falar da prioridade do ser sobre o ser úteis”. O Catecismo põe em questão, de forma muito direta e insistente, um antropocentrismo

³ Retomando o exemplo da experimentação em animais, se esta se destina à indústria cosmética, já não será moralmente lícita, como não o é à luz da legislação europeia.

desordenado: “Cada criatura possui a sua bondade e perfeição próprias. (...) As diferentes criaturas, queridas pelo seu próprio ser, refletem, cada qual a seu modo, uma centelha da sabedoria e da bondade infinitas de Deus. É por isso que o homem deve respeitar a bondade própria de cada criatura, para evitar o uso desordenado das coisas”». (n. 69)

«O facto de insistir na afirmação de que o ser humano é imagem de Deus não deveria fazer-nos esquecer que cada criatura tem uma função e nenhuma é supérflua. Todo o universo material é uma linguagem do amor de Deus, do seu carinho sem medida por nós. O solo, a água, as montanhas: tudo é carícia de Deus.» (n. 84)

O Papa denuncia a incoerência de quem pretende proteger outras espécies e não o faz com tanto vigor quando está em causa a espécie humana, incluindo na sua fase embrionária (n. 90, n. 91 e n. 120). Mas não contrapõe a proteção do ser humano e a proteção de outras espécies animais:

«(...) quando o coração está verdadeiramente aberto a uma comunhão universal, nada e ninguém fica excluído desta fraternidade. Portanto, é verdade também que a indiferença ou a crueldade com as outras criaturas deste mundo sempre acabam de alguma forma por repercutir-se no tratamento que reservamos aos outros seres humanos. O coração é um só, e a própria miséria que leva a maltratar um animal não tarda a manifestar-se na relação com as outras pessoas. Todo o encarniçamento contra qualquer criatura “é contrário à dignidade humana” (...). (n. 92).

A teologia da criação também ilumina a noção de “*ecologia humana*”, que São João Paulo II e Bento XVI começaram por aprofundar. A encíclica *Caritas in Veritate* afirma a este respeito: *« (...) O livro da natureza é uno e indivisível, tanto sobre a vertente do ambiente como sobre a vertente da vida, da sexualidade, do matrimónio, da família, das relações sociais, numa palavra, do desenvolvimento humano integral. (...)»* (n. 51). E Bento XVI denunciou a “*ideologia do género*”, que nega algum desígnio natural no âmbito da sexualidade (é hoje autêntico *tabu* falar em “*lei natural*” a respeito de sexualidade) como contrária à “*ecologia humana*” assim entendida, apontando a incoerência da valorização da ecologia ambiental em simultâneo com a desvalorização dessa “*ecologia humana*”

(assim, no discurso à Curia por ocasião do Natal de 2008, onde associou essa “ideologia do gênero” à «auto-emancipação do homem da criação e do Criador».)

Sobre a “ecologia humana”, e aludindo também à “ideologia do gênero”, afirma agora o Papa Francisco na *Laudato Si*:

«A ecologia humana implica também algo de muito profundo que é indispensável para se poder criar um ambiente mais dignificante: a relação necessária da vida do ser humano com a lei moral inscrita na sua própria natureza. Bento XVI dizia que existe uma “ecologia do homem”, porque “também o homem possui uma natureza, que deve respeitar e não pode manipular como lhe apetece”. Nesta linha, é preciso reconhecer que o nosso corpo nos põe em relação direta com o meio ambiente e com os outros seres vivos. A aceitação do próprio corpo como dom de Deus é necessária para acolher e aceitar o mundo inteiro como dom do Pai e casa comum; pelo contrário, uma lógica de domínio sobre o próprio corpo transforma-se numa lógica, por vezes subtil, de domínio sobre a criação. Aprender a aceitar o próprio corpo, a cuidar dele e a respeitar os seus significados é essencial para uma verdadeira ecologia humana. Também é necessário ter apreço pelo próprio corpo na sua feminilidade ou masculinidade, para se poder reconhecer a si mesmo no encontro com o outro que é diferente. Assim, é possível aceitar com alegria o dom específico do outro ou da outra, obra de Deus criador, e enriquecer-se mutuamente. Portanto, não é salutar um comportamento que pretenda “cancelar a diferença sexual, porque já não sabe confrontar-se com ela”». (n. 155)

Já noutro capítulo, a encíclica aborda a ligação entre o mistério da Trindade e a relação entre as criaturas, pondo em relevo a marca trinitária presente na criação.

«Para os cristãos, acreditar num Deus único que é comunhão trinitária, leva a pensar que toda a realidade contém em si mesma uma marca propriamente trinitária. (...)» (n. 239).

«As Pessoas divinas são relações subsistentes; e o mundo, criado segundo o modelo divino, é uma trama de relações. As criaturas tendem para Deus; e é próprio de cada ser vivo tender, por sua vez, para outra

realidade, de modo que, no seio do universo, podemos encontrar uma série inumerável de relações constantes que secretamente se entrelaçam. Isto convida-nos não só a admirar os múltiplos vínculos que existem entre as criaturas, mas leva-nos também a descobrir uma chave da nossa própria realização. Na verdade, a pessoa humana cresce, amadurece e santifica-se tanto mais, quanto mais se relaciona, sai de si mesma para viver em comunhão com Deus, com os outros e com todas as criaturas. Assim assume na própria existência aquele dinamismo trinitário que Deus imprimiu nela desde a sua criação. Tudo está interligado, e isto convida-nos a maturar uma espiritualidade da solidariedade global que brota do mistério da Trindade.» (n. 240)

Disse um dia o teólogo Karl Rahner que os cristãos ainda não tinham descoberto as implicações da fé na Trindade nas suas vidas. Esta encíclica ajuda-nos a superar essa gravíssima lacuna e a encarar a Trindade como modelo social (a partir da família), que conjuga a unidade e a pluralidade, a comunhão e a distinção.

Um outro aspeto da mensagem da *Laudato Si* que gostaria de sublinhar diz respeito à “Educação e Espiritualidade Ecológicas”. A teologia da criação conduz a uma ética ecológica e a um estilo de vida que a encíclica designa como “*ecologia da vida quotidiana*”. Todos e cada um de nós, não apenas os responsáveis políticos ou quem exerça outro tipo de influências, somos interpelados por este desafio da “*ecologia da vida quotidiana*”.

Não se trata apenas de repetir aquelas recomendações de que já muitos falam, que as nossas crianças ouvem nas escolas desde a mais tenra idade, sobre recolha diferenciada do lixo e outros cuidados desse tipo. O que se propõe é algo de mais profundo e contrasta com a mentalidade e os hábitos mais correntes (pelo menos no Ocidente). Trata-se de educar para virtudes como a gratidão, a gratuidade, a sobriedade e a humildade. «*Viver a vocação de guardiões da obra de Deus não é algo de opcional nem um aspeto secundário da experiência cristã, mas parte essencial duma existência virtuosa*» (n. 217) – diz o Papa Francisco, depois de assinalar que muitos cristãos, até piedosos, não o fazem, por vários motivos. Algumas passagens da encíclica são bastante esclarecedoras a este respeito.

«Esta conversão comporta várias atitudes que se conjugam para ativar um cuidado generoso e cheio de ternura. Em primeiro lugar, implica gratidão e gratuidade, ou seja, um reconhecimento do mundo como dom

recebido do amor do Pai, que conseqüentemente provoca disposições gratuitas de renúncia e gestos generosos, mesmo que ninguém os veja nem agradeça (...)». (n. 220)

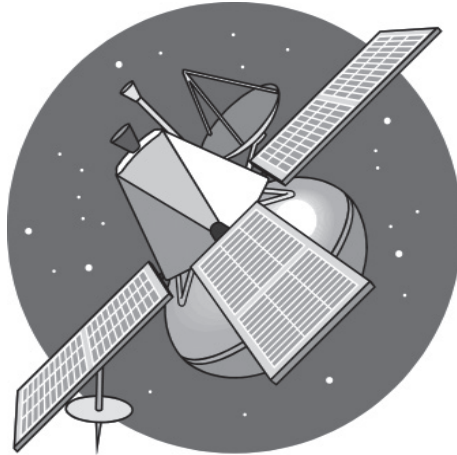
«(...) A espiritualidade cristã propõe um crescimento na sobriedade e uma capacidade de se alegrar com pouco. É um regresso à simplicidade que nos permite parar a saborear as pequenas coisas, agradecer as possibilidades que a vida oferece sem nos apegarmos ao que temos nem entristecermos por aquilo que não possuímos. Isto exige evitar a dinâmica do domínio e da mera acumulação de prazeres.». (n. 222)

«A sobriedade e a humildade não gozaram de positiva consideração no século passado. Mas, quando se debilita de forma generalizada o exercício de alguma virtude na vida pessoal e social, isso acaba por provocar variados desequilíbrios, mesmo ambientais. Por isso, não basta falar apenas da integridade dos ecossistemas; é preciso ter a coragem de falar da integridade da vida humana, da necessidade de incentivar e conjugar todos os grandes valores. O desaparecimento da humildade, num ser humano excessivamente entusiasmado com a possibilidade de dominar tudo sem limite algum, só pode acabar por prejudicar a sociedade e o meio ambiente. Uma outra frase que merece destaque, na linha da que acima também destaquei, e que nos ajuda a compreender o sentido profundo que para o Papa Francisco tem a proteção do ambiente e que nem sempre tem sido sublinhado: «Não é fácil desenvolver esta humildade sadia e uma sobriedade feliz, se nos tornamos autônomos, se excluimos Deus da nossa vida fazendo o nosso eu ocupar o seu lugar, se pensamos ser a nossa subjetividade que determina o que é bem e o que é mal.» (n. 224).

Espero que esta breve apresentação vos ajude a compreender as ideias-chave da encíclica *Laudato Si* (que é mais do que a “encíclica verde”) e estimule quem ainda não o fez a lê-la na íntegra. Quem o tenha feito, ou venha a fazê-lo, sabe, ou virá a saber, que ela é muito mais rica do que esta apresentação pode dar a entender.

Lisboa, 24 de junho de 2015

Pedro Maria Godinho Vaz Patto



TEMAS ACTUAIS

- **Ser pessoa**
- **Aborto e negócio**
- **Ideologia de género – 1 e 2**
- **Educar (!?) Hoje**

SER PESSOA

Em finais de Julho, um tribunal norte-americano (o Supremo Tribunal de Manhattan) decidiu a respeito de um pedido de *habeas corpus* apresentado pela organização *The Nonhuman Rights Project* (www.nonhumanrightsproject.org) em pretensa representação de dois chimpanzés, Hercules e Leo, privados de liberdade no âmbito de uma investigação científica. Alegou tal organização que esses chimpanzés deveriam ser considerados, juridicamente, “pessoas” e, por isso, titulares de direitos de liberdade. Para sustentar que são “pessoas”, invocava as capacidades cognitivas desses chimpanzés, superiores às de seres humanos em alguma fase da sua existência. A juíza Barbara Jeffes indeferiu tal pretensão, declarando que os chimpanzés não podem ser considerados “pessoas” no atual ordenamento jurídico, embora tal possa vir a verificar-se num futuro não muito distante.

Esta pretensão suscitou a reação de uma outra organização, *Personhood USA* (www.personhood.com), que considerou estar em causa um princípio básico da civilização e da ordem jurídica. Esse princípio assenta na visão judaico-cristã da pessoa humana criada à imagem e semelhança de Deus (*imago dei*) e, por isso, com uma dignidade que a distingue das outras espécies animais. Essa visão alicerça uma ordem jurídica baseada nos direitos humanos.

O que importa, a este respeito, ter bem presente é que a dignidade da pessoa deriva do simples facto de ela ser membro da espécie humana, não de qualquer atributo ou capacidade que possa variar em grau ou que possa ser adquirido ou perder-se nalguma fase da existência. Depende do que ela é, não do que ela *faz* ou *pode fazer*. A dignidade da pessoa é sempre a mesma, não varia em grau conforme maiores ou menores capacidades

cognitivas, não é maior nas pessoas mais inteligentes, ou menor nas menos inteligentes. Não depende da raça, do sexo ou da idade; dela nenhum ser humano está excluído. Não se vai adquirindo progressivamente até à idade adulta, existe na sua plenitude desde o início da vida. Não deixa de existir pela deficiência ou pela doença, físicas ou mentais, por muito profundas que elas sejam. Não se perde com a idade avançada, a demência, ou o estado comatoso. A proteção decorrente do reconhecimento de direitos humanos justifica-se ainda mais, precisamente, quanto aos seres humanos que são mais vulneráveis, por si mesmos ou pela fase da existência por que passam (o embrião, o feto, o recém-nascido, o deficiente profundo, o demente, o doente em fase terminal, o comatoso). Não é por terem capacidades cognitivas inferiores à de animais não humanos que esses seres humanos mais vulneráveis perdem dignidade em relação a estes, ao contrário do que sustenta o filósofo Peter Singer.

Sobre esta questão, vem a propósito recordar o que afirma o Papa Francisco na encíclica *Laudato Si*:

Há que reconhecer o valor próprio de cada criatura, que, cada qual a seu modo, reflete sempre a «*uma centelha da sabedoria e da bondade infinitas de Deus*» (n. 69), porque «*todo o universo material é uma linguagem do amor de Deus, do seu carinho sem medida por nós*» (n.84). O Papa denuncia a incoerência de quem pretende proteger outras espécies e não o faz com tanto vigor quando está em causa a espécie humana, incluindo na sua fase embrionária (n. 90, n. 91 e n. 120); mas não contrapõe a proteção do ser humano e a proteção de outras espécies animais: «*a indiferença ou a crueldade com as outras criaturas deste mundo sempre acabam de alguma forma por repercutir-se no tratamento que reservamos aos outros seres humanos. O coração é um só, e a própria miséria que leva a maltratar um animal não tarda a manifestar-se na relação com as outras pessoas*» (n. 92).

Daí não deriva, porém, o esquecimento da especificidade da posição do ser humano na ordem da criação, como se fôssemos «*todos iguais, todos animais*»:

«*A Bíblia ensina que cada ser humano é criado por amor, feito à imagem e semelhança de Deus (cf. Gn 1, 26). Esta afirmação mostra-nos a*

imensa dignidade de cada pessoa humana, que “não é somente alguma coisa, mas alguém. É capaz de se conhecer, de se possuir e de livremente se dar e entrar em comunhão com outras pessoas”. São João Paulo II recordou que o amor muito especial que o Criador tem por cada ser humano “confere-lhe uma dignidade infinita”. Todos aqueles que estão empenhados na defesa da dignidade das pessoas podem encontrar, na fé cristã, as razões mais profundas para tal compromisso. Como é maravilhosa a certeza de que a vida de cada pessoa não se perde num caos desesperador, num mundo regido pelo puro acaso ou por ciclos que se repetem sem sentido! O Criador pode dizer a cada um de nós: “Antes de te haver formado no ventre materno, Eu já te conhecia” (Jr 1, 5). Fomos concebidos no coração de Deus e, por isso, “cada um de nós é o fruto de um pensamento de Deus. Cada um de nós é querido, cada um de nós é amado, cada um é necessário”» (n. 65)

Pedro Vaz Patto

ABORTO E NEGÓCIO: *A Planned Parenthood e o comércio de Fetos*^{1*}

Publicado pelos *mídia* de todo o mundo, em meados de Julho saiu a notícia de um vídeo que revelou a venda de partes do corpo de crianças abortadas pela Planned Parenthood Federation, a maior indústria de abortos nos Estados Unidos.

Seguiram-se outros vídeos e, entretanto, depois da petição lançada por LifeNews, membros do Congresso iniciaram uma investigação e entraram com um projeto de lei para bloquear o financiamento federal para Planned Parenthood.

A notícia foi negada por Planned Parenthood, que afirma exercer atividade a favor da saúde das mulheres e de ter a melhor equipe do País. Os vídeos – de acordo com a indústria – seriam uma farsa porque teriam sido realizados por “extremistas”, referindo-se aos jornalistas pertencentes ao Center for Medical Progress, que se dedica a investigações sobre o mundo da medicina.

O vídeo mais recente, o quinto, foi lançado no dia 4 de Agosto. Sempre disfarçado, mostra Melissa Farrell, Diretor de Pesquisa para Planned Parenthood “Gulf Coast”, que faz publicidade para um ramo texano da indústria que é responsável por acompanhar a venda de tecidos fetais e é especialista no fornecimento de bebés abortados totalmente intactos.

O vídeo, de acordo com LifeNews, parece ser a resposta para o congelamento que o Congresso deu ao projeto de lei que pede para retirar o financiamento público de Planned Parenthood e atribuí-lo, ao contrário disso, a associações que ajudam as mulheres. Foi discutido no dia 3 Agosto, ficando parado, sem aprovação ou rejeição.

^{1*} Enviado por ZENIT.org em 6 e 13 de Agosto, 2015. Escrito por Elisabetta Pittino e Federico Cenci; revisto por «A. Médica».

O escândalo da Planned Parenthood começou com um vídeo de duas horas no qual a doutora Deborah Nucatola, diretora sénior do serviço médico da indústria, admite usar crianças abortadas por meio do aborto tardio (partial-birth abortions) para fornecer partes do corpo intacto e vendê-las para experimentação.

Nucatola admite que Planned Parenthood recolhe amostras de partes do corpo das crianças, usa os procedimentos ilegais do aborto tardio para obter partes comerciáveis, é consciente da sua responsabilidade e toma medidas para não ser descoberta.

Outros vídeos trazem à luz os malefícios da fábrica de abortos. Um vídeo mostra a doutora Mary Gatter, diretora médica da Planned Parenthood de Pasadena e de San Gabriel Valley, na Califórnia, Presidente do Conselho dos Diretores, no comitê central de todas as Planned Parenthood nos Estados Unidos, argumentando sobre os preços de partes do corpo de bebés abortados: os preços por fígado, cabeça ou coração são negociáveis.

Em 30 de Julho passado, um outro vídeo mostra a doutora Savita Ginde, vice-presidente e diretora sanitária da Planned Parenthood das Montanhas Rochosas, enquanto trata a venda das partes do corpo da criança, sugerindo maneiras para evitar consequências legais.

O projeto de lei que propõe mudar os financiamentos de Planned Parenthood para “organizações como os centros de saúde locais, que servem a população de baixo rendimento, dirigido diretamente para a saúde das mulheres em todo o país”, como explicou o líder da maioria no Senado, Micht McConnell, encontra a forte oposição de Hillary Clinton, ex-secretária de Estado dos EUA e candidata às eleições presidenciais de 2016.

“Estou orgulhosa de tomar partido pela Planned Parenthood, nunca vou parar de lutar para proteger a possibilidade e o direito de toda a mulher neste País de escolher pela própria saúde”, disse Clinton.

Muitos são os americanos que não pensam como ela. Além dos membros republicanos do Congresso, 12 Estados (Carolina do Sul, Flórida, Tennessee, Massachusetts, Kansas, Missouri, Arizona, Indiana, Ohio, Georgia, Texas e Louisiana) começaram uma investigação sobre a Planned Parenthood. Bobby Jindal, governador da Louisiana, segundo LifeNews teria cancelado um contrato com o Estado, pago com o dinheiro dos contribuintes, a favor da Planned Parenthood.

Continua a pressão da opinião pública. Depois de também algumas conhecidas empresas decidirem cancelar os próprios financiamentos à indústria dos abortos, foi lançada uma *petição* dirigida aos responsáveis de empresas que aparecem ainda como doadores de Planned Parenthood: Adobe, Bank of America, Bath & Body Works, Ben & Jerry, Converse, Deutsche Bank, Dockers, Energizer, Expedia, Groupon, Intuit, Johnson & Johnson, La Senza, Liberty Mutual, Microsoft, Nike, Oracle, PepsiCo, Pfizer, Starbucks, Susan G. Komen, Wells Fargo, e Tostitos e Unilever.

Os autores dos vídeos e gravações pertencem ao “Center for Medical Progress”, um grupo de jornalistas dedicados a monitorizar e elaborar relatórios sobre ética médica e seus avanços, e cujos esforços se concentram principalmente nas questões bioéticas contemporâneas que afectam a dignidade humana. Os vídeos fazem parte da série “Capital Humano”, um estudo de jornalismo de investigação de quase 3 anos sobre o tráfico ilegal de órgãos pela Planned Parenthood. O chefe do projeto é David Daleiden que qualifica como “conspiração criminosa” a ação da PPFA.

O próprio David Daleiden, que fingiu ser comprador de fetos, por mais de dois anos entrou na grande indústria do aborto e assistiu a práticas macabras.

Pertencente à ONG Center for Medical Progress, este jovem de 26 anos equipou-se com uma câmara e durante dois anos e meio filmou os bastidores da Planned Parenthood. A sua pesquisa jornalística, a que chamou de “Capital Humano”, produziu 12 vídeos. Até agora foram divulgados 5 porque os outros receberam uma proibição judicial a pedido de uma outra empresa envolvida, a StemExpress, sociedade californiana que fornece tecido fetal aos pesquisadores.

Entrevistado pelo jornal National Catholic Register, Daleiden falou sobre sua iniciativa e a sua fé católica. Confidenciou que a sua fé foi surgindo gradualmente através do trabalho em favor da vida que desempenha no Center for Medical Progress. O jovem explicou que ele mesmo é “filho de uma gravidez difícil”: sua mãe ficou grávida, ainda solteira, durante o primeiro ano da faculdade. O matrimónio entre os seus pais aconteceu quando ele já tinha nascido. Considera-se um “sobrevivente do aborto”, como de facto – continua – são todos os americanos “nascidos depois de 1973”, ano em que o aborto foi descriminalizado nos Estados Unidos.

Teria sido, talvez, por causa desta experiência de dificuldade sentida pela mãe durante a gravidez que, de facto, Daleiden decidiu iniciar sua militância entre os grupos pró-vida quando ainda era muito jovem, quase quinze anos. Continuou vários anos a conjugar a atividade escolar com a actividade a favor dos nascituros, até, já adulto, considerar esta última como uma vocação. “Tinha uma paixão pela atividade pró-vida, e ficou claro que isso era o que Deus queria que fizesse”, declara.

Falando do seu jornalismo de investigação, Daleiden afirma que ter entrado no coração da indústria do aborto e ter assistido a tais operações, “foi a coisa mais difícil” que teve que suportar. O seu testemunho contradiz aqueles que acreditam que alguns lugares são inacessíveis para a maioria. “Falamos as ‘palavras mágicas’, ou seja, que queríamos comprar algumas partes de fetos – explica – e assim tivemos acesso aos mais altos níveis da Planned Parenthood”.

Daleiden ficou surpreendido com a atitude dos médicos que realizam estas operações. Explicou que vivem uma situação “conflituosa”, procuram “racionalizar” o trabalho que realizam para exorcizar “a dor e o remorso que, na verdade, sentem”. Falou que um dos médicos com o qual conversou, tinha os “olhos molhados” enquanto falava dos detalhes do procedimento para a remoção por aspiração das partes do corpo dos fetos.

Isto desencadeou um movimento de repulsa por uma atividade que evidentemente afecta a consciência humana, mas que prestigiosas empresas realizam normalmente. Daleiden aponta a este respeito uma acusação chocante: Afirma que um dos principais executivos de uma empresa envolvida no escândalo lhe revelou em conversa que tinha recebido fetos “totalmente intactos”. E considerando que os meios químicos utilizados para o aborto matam as células e fazem o feto inutilizável, o jovem pró-vida acredita que esses não eram fetos, mas crianças entregues vivas e assassinadas para comercializar os órgãos. “A maneira pela qual as crianças são mortas é uma questão jurídica, estamos a falar de infanticídio: a acusação de fraude jornalística é utilizada para encobrir as provas de uma atividade criminosa”. Com estas palavras Daleiden comenta a acção legal que ele moveu contra a sociedade que menciona.

Que a sua investigação tenha irritado alguém de cima é evidenciado pelas ameaças que constantemente está a receber, com muitos avisos de

perseguição. No entanto, Daleiden está pronto para continuar o seu compromisso a favor da vida. O medo pelas ameaças é compensado pelo apoio e admiração de muitos cidadãos americanos: se, até recentemente, acreditavam na propaganda da Planned Parenthood, depois de terem visto estes vídeos pedem às instituições intervenção para deter essa carnificina.

IDEOLOGIA DO GÉNERO - 1

Actualmente, nos países Escandinavos, a ideologia do género está-se a derreter como um bloco de gelo no mar de Barents com a aproximação da temporada de verão.

Um facto prova tudo. Em 2011, o Conselho de Ministros dos governos dos países nórdicos decidiu suspender os financiamentos para o Nordic Gender Institute, activíssimo centro de pesquisas sobre a igualdade de género e bandeira da ideologia de género. A decisão foi tomada na sequência de um debate que apaixonou a opinião pública escandinava por vários meses.

Quem suscitou esse debate foi a transmissão na TV Nacional da Noruega de um documentário feito pelo sociólogo e actor Harald Eia, famoso no país por ser protagonista de um programa de comédia. O documentário chama-se Hjernevask (lavagem cerebral) e tem a vantagem de investigar meticulosamente a eventual presença de fundamentos científicos da ideologia de género, segundo a qual as mulheres e os homens seriam diferentes apenas do ponto de vista físico porque, quanto às atitudes, constituiriam personagens não inatos, mas sim formados por imposições culturais que devem ser eliminadas.

No primeiro episódio Eia examina o que ele chama de “paradoxo norueguês”. A sua pesquisa começa pela Universidade de Oslo, onde encontra Camilla Schreiner, autora de uma pesquisa que mostra dados surpreendentes sobre as escolhas e os interesses dos trabalhadores dos dois sexos. Dados que demonstram que na Noruega, depois de anos de políticas pela igualdade de género, as diferenças entre homens e mulheres são mais acentuadas do que no passado. Os assim chamados “estereótipos” são confirmados justamente no País que lidera a nível mundial, no campo do respeito pela igualdade de género: a prova é que 90% dos enfermeiros são mulheres e 90% dos engenheiros são homens.

A conclusão a que chegaram os especialistas é, portanto, que, onde se concede maior liberdade de expressão, sem condicionamentos, as mulheres e os homens expressam escolhas diferentes. Teoria corroborada também por um outro factor: em Países onde a igualdade de género continua a ser uma quimera (Arábia Saudita, Paquistão, Malásia ...), as mulheres preferem actividades profissionais técnicas, uma vez que são vistas como um meio de emancipação, ou simplesmente, como oportunidades de emprego com mais oferta.

Esta pesquisa seria suficiente para quebrar a ideologia de género, ou, pelo menos, para desencadear um debate. O qual, no entanto, é rejeitado pelos seus partidários. Quem prova isso, no documentário, é Cathrine Egeland, filósofa que trabalha no Instituto de pesquisa do trabalho, e Jørgen Lorentzen, do Centro de Pesquisa Interdisciplinar sobre Género da Universidade de Oslo. Este último define como “estudos ultrapassados” as teorias de que as diferenças entre homens e mulheres são devidas, mais do que a aspectos culturais, também e sobretudo a factores biológicos. E sorri sarcasticamente quando o entrevistador aponta a existência de qualificadas pesquisas sobre a origem inata das diferenças sexuais.

Para ir além desse sorriso soberbo, Eia pôs “pernas ao caminho” e decidiu reunir-se pessoalmente com os autores daqueles estudos que Lorentzen acredita serem muito “ampliados”. Cruza, assim, a Noruega, a Grã-Bretanha e os Estados Unidos e visita algumas das mais prestigiadas universidades do mundo. É aqui que fala com professores de psicologia, medicina e sociologia.

O prof. Trond Diseth, do Oslo University Hospital, expõe o seu próprio estudo, elaborado trabalhando com crianças que apresentam deformações genitais, no qual demonstra que as escolhas das crianças sobre os brinquedos são diferentes entre homens e mulheres a partir da idade de nove meses. Crianças ainda de menor idade foram examinadas pelo prof. Simon Baron-Cohen, membro do Trinity College, o qual conseguiu demonstrar que existem características inatas e diferentes nos cérebros dos recém-nascidos masculinos e femininos e que estas diferenças se devem também à qualidade de testosterona produzida.

Todos os especialistas entrevistados por Eia afirmam que as diferenças sexuais são principalmente de carácter biológico, mas eles não excluem a

existência de influências ambientais. Ao contrário, os corifeus da “gender theory” orgulham-se de negar todo o impacto biológico fundamentando as suas teses somente nos aspectos culturais e – como eles mesmos dizem – sobre aspectos teóricos, ou seja, numa actividade sem efeitos práticos.

Esta abordagem fundamentalista aparece óbvia na última parte do documentário. Eia volta aos defensores do género noruegueses trazendo consigo os vídeos filmados com os especialistas que demonstram a validade da origem biológica da identidade sexual. Confrontados com a evidência científica, eles parece que navegam no escuro.

Um bom exemplo é a resposta que dá Cathrine Egeland, que justifica o seu apoio ao género com estas palavras: “Acredito que as ciências sociais deveriam desafiar um pensamento, ou teoria, que se baseia em dizer que as diferenças sexuais são biológicas”. Desafiar? O papel das ciências não deveria, pelo contrário, ser o de alcançar, por meio de uma pesquisa inclusiva de todas as hipóteses, uma descrição da realidade?

A resposta da filósofa norueguesa demonstra duas coisas. Em primeiro lugar a inconsistência científica do género, e depois, a tentativa dos seus partidários de assumir uma batalha ideológica para remodelar a sociedade de acordo com as suas abstracções. Esse engano foi notado até mesmo na Escandinávia, dado que cortaram os fundos destinados ao Nordic Gender Institute^{1*}.

^{1*} Enviado por Zenit.org em 6 de Fevereiro, 2015. Texto original de Federico Cenci. Adaptado pela Redacção.

IDEOLOGIA DE GÊNERO* - 2

Já foi aqui repetido à exaustão – mas nunca é demais relembrar – o que essa ideologia antinatural ensina: *ninguém nasce homem ou mulher, mas, sim, vem ao mundo como um ser neutro que, com o tempo, escolherá tornar-se homem, mulher ou neutro* (nem um nem outro) *de acordo com a educação recebida*. Isso afronta não apenas o plano de Deus (cf. Gn 1,27) mas também a biologia mais básica e a própria ciência médica: quando, numa *ECO*, se mostra aos pais o sexo do bebê (homem ou mulher), não se aponta um sexualmente neutro. O neutro é, além de um tremendo disparate, uma invenção ideológica, sem prova científica empírica, que não “liberta” ninguém de coisa nenhuma.

No entanto, nos anos 60 do século passado, o Dr. John Money, médico da John Hopkins University, de Baltimore (Estados Unidos), tentou, por meios espúrios, comprovar que a sexualidade depende da educação e não da Biologia, usando da boa fé de uma família em desespero que o procurou como médico.

O caso, em suma, foi o seguinte: o casal Janet e Ron Reimer gerou dois filhos homens, Bruce e Brian, mas um deles (Bruce) ficou sem o seu órgão genital, o pênis, amputado numa circuncisão desastrosa. Os pais entraram em desespero até conhecerem o famoso Dr. Money num programa de TV, em que ele defendia que é possível a um bebê ter um sexo neutro ao nascer e que, por isso, pode ser mudado com o correr dos dias.

Procurado pelos pais aflitos, o médico propôs-se a mutilar cirurgicamente Bruce com a castração, forçando-os a ensiná-lo como mulher. Na cirurgia plástica, construiu as aparências externas de um aparelho genital feminino a fim de que o menino se sentisse menina e fosse educado como tal: vestido, bonecas, brincadeiras de casinha etc.

^{1*} Enviada por ZENIT.org em 2 de Julho, 2015

A primeira tentativa de vestir Bruce – que já, então, era chamada de Brenda – com um vestidinho, no entanto, não deu certo. O menino artificialmente transformado em mulher arrancou o vestido instintivamente, de modo que a mãe, assustada, confessou: “Meu Deus, ele sabe que é um menino e não se quer vestir como menina”². Era o início do pesadelo de Bruce.

Sim, na escola, ele agia como menina, embora com trejeitos de homem, de modo que ao frequentar o sanitário feminino era ameaçado pela navalha de alguma menina por urinar em pé. Elas imaginavam, talvez, que Bruce fosse um espião nas suas instalações sanitárias. Este drama confessou-o ele anos depois: “Foi uma espécie de lavagem cerebral... Daria qualquer coisa para que um hipnotizador conseguisse apagar todas essas lembranças do meu passado. É uma tortura que não suporto. O que me fizeram no corpo não é tão grave quanto o que me fizeram na mente” (*idem, op. cit.*).

Na adolescência, o médico, Dr. Money, talvez percebendo esses episódios todos, afastou-se da família Reimer. Perante os sofrimentos do filho, em 1980, o pai decidiu contar toda a verdade. Brenda optou por uma cirurgia chamada *faloplastia* e, cinco anos depois, voltou a ter a aparência de um homem normal com o novo nome de David. Nessa condição, aos 23 anos, conheceu Jane, uma mãe solteira com três filhos, com quem se casou, separando-se no ano 2000, quando a sua verdadeira história – de Bruce/Brenda/David – veio a público no livro muito divulgado de John Colopinto que, no Brasil, foi publicado com o título *Sexo trocado: a história real do menino criado como menina* (Ediouro, 2001).

Em 2002, o seu irmão gêmeo, Brian, triste por não ter ajudado melhor Bruce, suicidou-se; mas Bruce também se sentiu culpado pela morte do irmão, dado que havia escondido dele a sua real situação e também pôs fim à vida em 2004, levando para o caixão a pretensa prova científica da ideologia de género do Dr. Money.

Quem conhece tudo isso nunca diz “Sim” à ideologia de género que não liberta, mas, ao contrário, criminosamente, pode escravizar e destruir

² Ver - J. Scala. *Ideologia de género: o neototalitarismo e a morte da família*. S. Paulo: Artpress, 2011, p. 24

os seres humanos de ontem e de hoje. Tal como tem estado a ser realizado com as nossas crianças, em manuais escolares aprovados e impostos, logo nas primeiras letras.

*(Escrito por **Vanderlei de Lima**, reescrito por «Acção Médica»)*

EDUCAÇÃO (!) HOJE^{1*}

Entrevista a Alice Vieira

Por causa dos seus livros, há vários anos que Alice Vieira é convidada para ir às escolas. Esse facto, e a existência de greves dos professores, levaram o jornal «Público», em Janeiro de 2009, a pedir-lhe uma entrevista, que foi publicada no dia 21 desse mesmo mês. A passagem dos anos em nada alterou o valor dos comentários de Alice Vieira sobre aquilo a que abusivamente se tem chamado “educação”, incluindo os desabaços relacionados com as greves. Porque vale a pena chamar novamente a atenção para os erros pedagógicos que arruinam a educação, transcrevemos a seguir parte dessa entrevista.

A greve e a avaliação: Sente que a opinião pública tem as mesmas dificuldades em compreender o que se passa?

A maior parte não compreende e os professores queixam-se disso mesmo. Eu não quero acreditar que o que se passa é como aquela anedota, em que “todos vão com o passo errado e só o meu filho é que vai no passo certo”. O descontentamento é geral e quando 140 mil professores vêm para a rua, é óbvio que devem ter razão, mas não têm toda. A ideia que tenho, desde o princípio é de que a ministra tem razão em querer que os professores sejam avaliados, mas ela não sabe transmitir o que quer. A ideia que passa é que os professores não querem trabalhar, que não querem ser avaliados e é fácil veicular essa ideia porque os professores são um grupo complicado.

O que sente nas escolas aonde vai?

A primeira coisa que ouço dizer é: “Estou cansada”, “vou-me reformar”, “estou farta disto”, “não me pagam para isto”... É só o que eu ouço.

Mas sempre ouviu esses lamentos ou agudizaram-se nos últimos anos?

Há 30 anos que vou às escolas e ouço-o agora. As leis são iguais para todos, mas há escolas onde dá gosto ver o trabalho que os professores fa-

^{1*} Público, 19.01.2009 – Bárbara Wong. Apresentação e notas de «Acção Médica».

zem, que estão motivados e a ministra é a mesma! Não é a totalidade das escolas, mas sobretudo nas mais afastadas, nas do interior, encontro gente motivada e a fazer bons trabalhos. Essas escolas nem vêm no ranking das melhores. Também vou a privadas, ligadas à Igreja Católica, às vezes converso com professoras minhas amigas e conto-lhes: “Os alunos entram em fila, ou levantam-se quando eu entro, não fazem barulho...”. E respondem-me: “Está bem, mas isso é nessas escolas”. E eu pergunto: “Mas se está bem para essas escolas, porque é que não está para as outras?!”

A escola pública está a perder qualidade?

Há um desinteresse, um cansaço e depois há o problema da formação. Eu não quero generalizar, mas esta gente mais nova... Qual é a preparação que tem? Converso com professores e é um susto, desde a língua portuguesa tratada de uma maneira desgraçada, até ao desconhecimento de autores que deviam ter a obrigação de conhecer... Sabem muito bem o “eduquês”, mas passar além disso, é difícil. Muitos professores com que lido têm uma formação muito, muito, muito deficiente. Eles fazem cada erro, que eu fico doída! E não só falam mal como se queixam diante dos miúdos. Podem dizer mal entre eles, mas não diante dos alunos, que depois reproduzem e a balda vai ser completa. A responsabilização dos professores é fraca, eles não são muito seguros e os alunos sentem que os professores não são seguros.

E por isso há atitudes de indisciplina e de violência?

Por exemplo, as manifestações dos miúdos também me perturbam um bocadinho, porque eles não sabem o que andam ali a fazer. Os miúdos devem aprender a falar bem, para saber reclamar, reivindicar, é uma questão de educação.

Mas nesse caso a culpa não é da escola, pois não?

Também é. Os professores queixam-se muito que têm de ser pai, mãe, assistente social, educadores... Pois têm! Porque a vida dos miúdos é na escola. Em casa não lhes dão as mínimas noções de educação, o simples “obrigada, se faz favor, desculpe”. Quando os alunos vêm os professores na rua, a berrar e a gritar, o que é que eles pensam? Os alunos manifestam-se para exigir melhor ensino? Não. Não os vejo preocupados porque os professores os ensinam mal.

Com alunos e professores na rua, o ano lectivo está perdido?

Não me parece que esteja perdido, se houver bom senso. Não se pode estar a brincar. As pessoas não entendem muito bem que o maior investimento que podem fazer é na educação. Se não tivermos gente educada, a saber, capaz, o que é que vai ser de nós? Estamos a fazer uma geração que não se interessa, não sabe nada, mas berra e grita. E isso perturba-me.

Volto a perguntar, a educação está a perder qualidade?

Eu comecei a ir às escolas há 30 anos, para apresentar o meu primeiro livro “Rosa, minha irmã Rosa” e ia falar com os alunos de 3.º e 4.º anos. Agora vou, exactamente com o mesmo livro, falar a alunos dos 7.º e 8.º anos. Alguma coisa está mal. É assustador! Outra coisa assustadora é a utilização da Internet.

Não concorda com o acesso dos mais novos às novas tecnologias?

Estamos a queimar etapas, a atirar computadores para os colos dos miúdos quando não sabem ler nem escrever. Só devia chegar quando tivessem o domínio da língua e da escrita.

E os mais velhos?

Os mais velhos, não sabem utilizar a Internet, não sabem pesquisar, eles clicam, copiam e assinam por baixo. Eu chego a uma escola, vou ver e fizeram 50 trabalhos sobre um livro meu, todos iguais, com os mesmos erros e tudo, porque descarregam da Internet. Pergunto aos professores e respondem-me: “Mas eles tiveram tanto trabalho a procurar...” O professor tem que ensinar a pesquisar. Às vezes, estou a falar com os alunos e tenho a sensação nítida de que não estão a perceber nada do que eu estou a dizer.

Essa sensação é generalizada?

No geral, as crianças têm muitas, muitas dificuldades. E os professores, logo à partida, têm medo que os alunos se cansem e nem tentam! “O quê? Dar isso? Eles não gostam, cansam-se”. Há um medo de cansar os meninos. Desde 1974 que os alunos têm sido muito cobaias da educação. E os professores e os alunos não sabem muito bem o que é que andam a fazer... Aconteceu *uma coisa terrível, é que tudo tem que ser divertido. Há duas palavras que me põem fora de mim: moderno e lúdico! Tudo*

tem que ser lúdico, tem de ser divertido, nada pode dar trabalho. Não pode ser!

É preciso mudar a mensagem?

Quando vou às escolas esforço-me imenso por transmitir aos alunos que as coisas dão trabalho. E eles olham para mim como se fosse uma coisa terrível. Há muitas maneiras de se abordarem as coisas, mas se os próprios professores passam a mensagem de não querer ter trabalho... Quando vou ao estrangeiro, vejo os professores e penso “se fosse em Portugal, não era assim”. Eles fazem o que for preciso fazer. Cá dizem que não é da sua competência... Isso é complicado.

Disse que as escolas do interior são diferentes das de Lisboa. Essas diferenças não se devem aos públicos que cada escola acolhe?

Sim, os miúdos de Lisboa têm mais solicitações, ao passo que para os de Trás-os-Montes, a ida de um escritor à escola é uma festa! Em Lisboa já não há lisboetas, há miúdos de todas as terras, de todos os países... E porque é que os miúdos da Europa de Leste se destacam nas escolas? Porque vêm de culturas de trabalho e, desde cedo, ouvem dizer que têm que trabalhar. Com a democracia, as portas abriram-se, a escola deixou de ser de elite e estão todos na escola. Ainda bem! Mas os professores não estavam preparados para isso e admito que é difícil.

Falta-lhes formação?

Eu gostava de saber onde é que os professores são formados! Mas tendo alunos tão diferentes é necessário fazer formação. Porque, coitados dos professores, são deitados às feras! Como se chega aos alunos? Muitas vezes, olho para eles e vejo que não estão a ouvir nada. E eu apanho o melhor da escola, a parte boa, não tenho um programa para dar. Agora, quem está todos os dias na escola, compreendo que seja um stress terrível. A educação é daquelas matérias em que, se calhar, são precisas medidas impopulares, mas necessárias. Na educação nunca se fez um salto, que é necessário, nunca houve um ministro de quem se diga “fez”.

É precisa mais disciplina?

É preciso mais autoridade, o professor não pode fazer nada, não tem

autoridade nenhuma. A solução passa por mais interesse e mais disciplina. O gosto pelo que se faz. E o professor tem que sentir esse gosto e passar aos miúdos. A profissão é de risco, de missionário e não de funcionário público na acepção pejorativa da palavra. Não é uma profissão como as outras e não é seguramente a de preencher impressos...

“Tem de haver regras em casa, como na escola”

Os pais, antes de se envolverem na vida da escola, devem assumir o seu papel como primeiros educadores.

Os pais têm de ser mais envolvidos na vida da escola?

Sim, mas não podem delegar tudo na escola. A questão da violência é um reflexo do que os miúdos trazem de casa. Os pais têm que se envolver mais não apenas para saber as notas do filho ou se o professor falta. A casa é a primeira escola da criança e se em casa não recebe o mínimo de condições, não sabe como estar com os outros, chega à escola e é o que se assiste. Às vezes parece que os pais de agora têm medo de actuar, de falar com os miúdos. Tem de haver limites e os miúdos precisam e querem que esses sejam estabelecidos. Tem de haver regras em casa, como na escola.

As manifestações e greves podem levar os pais a transferir os filhos para a escola privada?

Antes, a escola pública era melhor. Se calhar, agora já não é por causa destas convulsões e porque os professores bons se vão reformando. Compreendo que os pais se preocupem e optem por uma privada ou por mandar os filhos para fora.

B. W.

«Tenho medo do dia em que a tecnologia se sobrepuser à interacção humana.

O mundo terá uma geração de idiotas» (Albert Einstein)

Apresentação do livro
Cultura, Medicina e Natureza
- na emergência da Humanidade -

Autor: Cândido Hipólito Reis

APRESENTAÇÃO

Daniel Serrão

1. Apresentar um certo livro pode ser - e, às vezes, é - mero devaneio de leitor presunçoso que fala mais de si que do Autor. Que disserta sobre as suas visões pessoais em vez de salientar e comentar o texto que leu e que, depois, se atreve a apresentar a futuros leitores.

Não cairei neste erro

E, mesmo que sinta não ter a capacidade bastante para compreender totalmente a força e a qualidade intelectual do que está escrito nas páginas deste livro, vou abri-las e expor o que nelas fui capaz de encontrar.

Não é uma tarefa isenta de escolhos. O primeiro dos quais é a grande amizade que tenho, há longos anos, por Cândido Hipólito-Reis: jovem bracarense que logo me surpreendeu, como aluno, que depois escolhi para ser investigador em hepatologia no Centro de Estudos de Anatomia Patológica e cuja Carreira Académica em Bioquímica, brilhante e segura, sempre acompanhei com admiração; mas sem surpresa.

O segundo escolho, bem mais limitativo, é que esta obra é, no essencial, uma obra filosófica; porque é um texto no qual cada palavra tem em si o fruto de uma reflexão intelectual, sempre orientada para a fanerose ou

mostração do sentido. E aqui me falece a competência específica, exigível para um comentário substantivo, como o que se espera seja feito pelo apresentador.

Ciente destas limitações avanço, com temor, para a apresentação de um livro que, digo-o desde já, é uma obra-prima de inteligência verbal/linguística, na definição de Gardner. Ou seja, é uma obra em que primeiro a palavra vale por si e adquire, depois, na frase, um valor semântico abstracto. Cito já para confirmação: *“A Universidade é um dos temas incontornáveis na consideração da cultura culta, em qualquer comunidade realizada e realizante, adulta, como já noutra trabalho aponte, é uma aspiração humana e uma manifestação da comunidade. Penso que não deve ser definida pelas suas funções, mas apreciada pelo seu ser”*. A palavra Universidade é deslocada, semanticamente, na frase final, do uso designativo de uma estrutura concreta – uma qualquer Universidade, aí - para a simbologia abstracta e metafísica da busca do seu ser, da sua forma de ser; levando-nos a passar de uma ontologia do ser concreto para uma ontologia do ser essencial. No fundo, passar do estar aí para o ser em si; do *Sosein* para o *Dasein*, na terminologia heideggeriana.

Estas translocações semânticas são muito frequentes na escrita de Hipólito-Reis e obrigam a parar na leitura e a reflectir, com atento cuidado, sobre o que se leu, até que possamos atingir uma compreensão clara do pensamento do Autor.

Sem pedantismo de linguagem, mas antes com todo o rigor, direi que vejo aqui o exercício, pelo Autor, do método heurístico, pois pretende que o leitor descubra, por si próprio, o que o Autor deseja que ele, leitor, conheça e compreenda.

É exercício difícil; mas quando nele se tem êxito é fonte de um grande prazer intelectual. É como se nos sentíssemos próximos da intimidade filosófica de Hipólito-Reis e do seu pensamento criativo.

2. Vamos, então, à apresentação do livro: “Cultura Medicina e Natureza – a emergência da humanidade”.

No Prólogo é-nos dito o que o constitui: *“Nos ensaios que se juntam neste volume, os temas entrecruzados, em cada um e em todos, são, na verdade, os da cultura, da medicina e da natureza que sempre estão presentes*

no ser humano, e muito particularmente nos que professam ser médicos”.
(fim de citação)

São sete os Ensaios, mas o Prólogo é um outro poderoso ensaio no qual, entre outras subtis análises conceptuais, emerge uma interpretação de Portugal que “ *no tempo próprio foi pioneiro em múltiplos aspectos, mas presentemente isso não acontece.*” A justificação para esta afirmação é dada, exaustivamente, em páginas de grande rigor interpretativo que relatam e analisam a evolução temporal da nação portuguesa e das suas sucessivas situações de fractura.

Mas o Prólogo é um ensaio muito mais rico. Quando o Autor explica a sua posição filosófica sobre a emergência da humanidade atinge uma imponente altura reflexiva, baseada em vultuosa leitura de grandes pensadores; e, em muitos dos seus parágrafos, é desafiada a nossa capacidade heurística. Cito, por exemplo: “*É sabido que, na sua novidade, o ser humano não é um ser de causalidade, mas de projecto, e que, por isso nunca o futuro está determinado. Nunca o futuro se deduz do passado. Embora as raízes do presente se encontrem no passado, o pensamento partirá sempre do presente, pois o passado só poderá ser representado. Na circunstância do ser de cada um que seja vivo encontram-se, na medida do possível, as suas possibilidades*”. (fim de citação)

Para nos ajudar no trabalho heurístico, Hipólito-Reis grafou em itálico as seguintes palavras: causalidade, projecto, raízes, encontrem, representado, circunstância, medida do possível e possibilidades.

Arrisco dizer que o Autor, ao afirmar que o ser humano não está determinado *a priori*, nem mesmo pelo seu passado, aponta para que o olhemos como um ser criativo que usa as representações memorizadas do passado para construir um pensamento do presente, no contexto circunstancial em que se encontre. Mas sempre na medida do possível, como antes nos tinha explicado, usando o comentário de José Trindade dos Santos ao **Timeu** platónico.

Por esta pequena amostra penso ter fundamentado a afirmação de que ler Hipólito-Reis é um exercício intelectual difícil mas sedutor.

A brusca originalidade de uma frase surpreende-nos, primeiro, e logo nos faz parar para reflectir.

Eis uma: “*A antropologia e a história revelam-nos que a medicina é uma aspiração humana que começa como uma vocação e acaba por se institucionalizar correndo os inevitáveis riscos da politização perversa e do negócio corrupto*”.

Li a frase e parti logo para uma viagem tumultuosa pela evolução histórica do cuidado médico que desembocou nas notícias recentes de que alguns médicos burlaram o Serviço Nacional de Saúde, e concluí: ele está bem certo no que escreve, a politização perversa e a corrupção são inevitáveis riscos da actividade – que é suposto ser sempre virtuosa – de quem cuida dos que sofrem e precisam.

Esta é a força da escrita de Hipólito-Reis. Toma conta de nós. Impele-nos para o exercício do pensamento crítico.

O Prólogo termina com uma preciosa síntese de cada um dos sete Ensaios que são o *corpus* do Livro

Penso que a leitura de cada um destes resumos interpretativos deve preceder a do correspondente ensaio pois ajudará, e muito, para o indispensável trabalho heurístico, que sempre terá de ser feito ao compasso da leitura.

3. Não é possível – e seria indecentemente redutor – dar, agora, uma análise e interpretação dos complexos conteúdos dos Ensaios. Bastará que diga que a relação triádica entre cultura, medicina e natureza, intencionalmente buscada pelo Autor nos diversos textos, é atingida ao mais alto nível intelectual.

Mas não resisto a deixar aqui dito que o primeiro Ensaio, dedicado ao conceito de Humanização, é o mais inteligente, completo e profundo de quantos até hoje li sobre este tema. Quem o venha a conhecer e a interpretar, não mais poderá falar de humanização com a ligeireza costumeira e a banal superficialidade, frutos da ausência de uma reflexão ampla e profunda, como a que é feita neste ensaio. E muitos repetirão com gosto e segurança, a última frase que diz que “...*aquilo de que hoje mais necessitamos é de humildade que, afinal, sempre será mais a condição do homem do que a própria humanidade*”.

E não evito assinalar que o último ensaio, intitulado “a natureza como remédio”, é uma viagem pela teoria dos saberes da qual regressamos muito enriquecidos para entendermos a conclusão: “*Clara se torna, finalmente a*

noção de que a descoberta da natureza é, também, a descoberta da humanidade e que o caminho saudável não será nem o dos naturismos nem o de qualquer um dos diversos humanismos criadores de hemiplégicos culturais”.(fim de citação)

Hemiplégicos culturais não ficarão nunca os que lerem esta Obra e à sua consciente interpretação dedicarem tempo e afecto. Além de não sermos hemiplégicos culturais também deixaremos de padecer de iliteracia emocional. Porque não é possível ler Hipólito-Reis sem o sentir com uma grandiosa emoção intelectual.

Deixo aqui os temas dos restantes ensaios para criar, nos presentes, a vontade de os lerem: a universidade e as suas características e dificuldades, a medicina e o mistério do seu exercício, a espiritualidade que emerge, a inteligência emocional, o stresse interpretado,

Em todos eles a vastíssima cultura filosófica do Autor se cruza, harmoniosamente, com uma criatividade transbordante que irrompe na escrita sem pedir licença a ninguém.

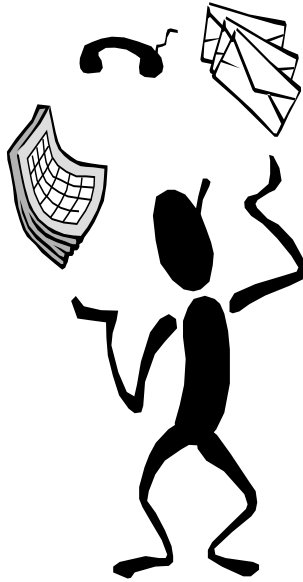
4. Um Epílogo encerra a Obra e de novo é motivo para uma ampla reflexão filosófica sobre os grandes temas de que tratou, reafirmando que cultura, medicina e natureza nos oferecem uma estrutura triádica que reforça a sua unidade e nos ajuda a compreender as suas mútuas influências. Mas adverte que *“a problematicidade dos elementos da tríade, permite considerar que eles se podem reunir, em felicidade, pelo amor, mas também se podem divorciar, em desgraça, pelo desamor”*.

Encerro com as palavras do Autor.

“Certamente que o leitor, (diz Hipólito-Reis) se me acompanhou até aqui, não teve tarefa fácil na leitura que lhe ofereci, e algumas vezes se desgostou com os retratos das realidades apresentadas, mas sabendo das diferenças entre as realidades e tais imagens convenço-me de que é necessário subir o monte para se ter vista sobre o vale que ele próprio oculta – de que o esforço de compreender poderá ser princípio de crescimento, de que é possível realizarmos o que nos propomos, desde que nos esforcemos por isso, e nos confortemos com a ideia de que o mundo novo nasce depois da destruição do mundo velho – e de que a verdade é realmente bela e gratificante”.

Não foi, de facto, tarefa fácil, ler o seu livro, nem foi tarefa fácil escrever, dele, esta breve e muito incompleta apresentação, Caro Amigo Professor Cândido Hipólito-Reis.

Mas conforto-me com a convicção, bem firme, de que a verdade é bela e de que poder exprimi-la nesta Sessão é, e foi, para mim, muito gratificante.



NOTÍCIAS E COMENTÁRIOS

A PAZ E O DESENVOLVIMENTO DENTRO DA ECOLOGIA HUMANA

Mais uma vez, o Papa Francisco surpreende o mundo inteiro. A encíclica “Laudato Si’”, a primeira que aborda pontual e organicamente as questões ambientais, é uma joia de sabedoria, competência, amplitude de visão e soluções concebidas para libertar a humanidade de ideologias destrutivas e de interesses económicos mesquinhos e fragmentadores.

A encíclica abrange, de forma precisa e competente, todas as grandes questões: do aquecimento global ao uso indiscriminado e consumista dos recursos naturais; dos organismos geneticamente modificados ao animalismo que relativiza a dignidade humana; da poluição urbana à poluição social e económica.

O Papa trata todas as questões ambientais mostrando amplo e detalhado conhecimento a seu respeito. Destaca os limites e oportunidades das diferentes soluções aplicadas e, em especial, convida a comunidade internacional e cada indivíduo a uma responsabilidade social maior, salientando que todo o dano ao meio ambiente é um dano social e um pecado contra o Criador.

De acordo com o Papa, a tecnologia sanou muitos males que afligiam e limitavam o ser humano, além de ser capaz de produzir beleza, mas o tremendo poder que os homens adquiriram nem sempre é compartilhado com os pobres e necessitados: esse poder pode mesmo ser usado com tamanho egoísmo que chegam ao ponto de o tornar motivo de conflitos armados.

Tendo em conta os riscos de tecnocracia, o papa critica severamente o uso do ambientalismo para impor políticas de redução dos nascimentos, encorajar abortos, criar mercados para partes do corpo humano, alugar úteros e manipular embriões, alterar a natureza do matrimónio entre homem e

mulher, explorar novas e velhas formas de escravidão.

Em vez de favorecer uma das partes em conflito, a tecnocracia utilitarista ou o ambientalismo neomalthusiano, o Papa propõe uma revolução cultural, unindo os seres humanos numa batalha conjunta para incentivar as melhores qualidades económicas, científicas e sociais a fim de respeitar e cultivar o planeta, livrar as pessoas da idolatria da posse e construir um futuro de paz e desenvolvimento integral.

A encíclica afirma claramente que não cabe à Santa Sé decidir quais são as políticas a serem adotadas pelos governos e pela comunidade internacional no tocante aos problemas ambientais, mas, ao mesmo tempo, destaca a revolução operada por São Francisco na relação entre os seres humanos e o meio ambiente, entre as pessoas e o Criador. Numa época em que os seres humanos se tentavam defender das condições adversas da natureza, São Francisco propôs reestabelecer uma unidade entre o louvor e a ação de graças ao Senhor pelos dons (sol, terra, água...) e pelos muitos bens que eles ofereciam à humanidade.

A encíclica do Papa Francisco dirige-se a todos, em particular aos homens de boa vontade: por isso é que o Papa expõe o pensamento dos crentes com muita delicadeza.

Nas páginas deste fascículo de «Acção Médica insere-se um estudo bastante completo da Encíclica escrito pelo nosso colaborador Dr. Pedro Vaz Patto.

«ACÇÃO MÉDICA» HÁ 50 ANOS

O primeiro fascículo do 3º ano (Julho-Setembro de 1965) abre com um artigo do Dr. Meyrelles do Souto sobre “O Santo Gral”. A partir da visita à Catedral de Valência, onde se encontra, na capela gótica do lado da Epístola, um cálice vetusto que a tradição identifica como sendo o que Jesus usou na Ceia, o Dr. Souto traça a lenda e a história desse notável cálice de ágata coralina, translúcida e de tom rubro – acastanhado e do longo percurso que a demanda do Santo Gral (ou Graal) percorreu na devoção, na literatura e na música.

A revista transcreve, a seguir, o relatório elaborado pelo Bispo de Würzburg para a Conferência Episcopal Alemã, acerca dos problemas da juventude. Embora claramente datado e recorrendo a uma terminologia hoje desusada, a preocupação pastoral manifestada e o relevo dado à importância de um diálogo aberto e sério com uma juventude exigente e impaciente não se encontram desactualizados; já nos parecerá hoje excessiva a importância atribuída ao relacionamento entre os dois sexos, quando tantos e tão graves problemas se deparam hoje a quem se faz adulto.

Suscita muita reflexão o artigo de Paiva Boléo sobre “Os médicos na Igreja de Cristo”. Enquadrando os médicos no laicado, o Autor lembra que algumas particularidades do seu ofício tornam os médicos em agentes da evangelização, se quiserem assumir essa tarefa, ou em indiferentes espectadores do que acontece na moral e na ética, quando não propagandistas da banalização do mal ou do que está errado. Os médicos católicos serão numerosos, mas pouco se vê da sua acção; não se conhecem uns aos outros, não estabelecem planos de acção, não se congregam. A AMCP exercerá, talvez, alguma influência sobre um décimo desses médicos. Urge mobilizar, unir os médicos que pertencem a movimentos ou estruturas paroquiais ou da Acção Católica, dos Cursos de Cristandade, de outros organismos católicos para que na força e ânimo resultantes da união tenham um papel relevante no apostolado dos leigos, na sua própria área, da relação médico-doente, da intervenção da técnica médica, de forma a preservar e defender os valores cristãos fundamentais. Ocorre perguntar se o retrato traçado por Paiva Boléo difere muito da realidade com que hoje nos deparamos.

Uma reportagem sobre a re-eleição do Prof. Lobato Guimarães como Bastonário da Ordem dos Médicos, as resenhas bibliográficas, as notícias neurológicas e as habituais Sínteses Médicas trimestrais completam o fascículo aqui evocado.

W. Osswald

NOTÍCIAS DA A.M.C.P.

1. PORTO – Nova Direcção

“Realizaram-se as eleições para a nova Direcção do núcleo Diocesano do Porto da Associação dos Médicos Católicos Portugueses.

A cerimónia decorreu numa Assembleia convocada para o efeito, durante um encontro promovido pela Direcção cessante, no dia 10 de Julho, pelas 21.30h, no Seminário de Vilar, no Porto. Foi eleita a única lista candidata com 72 votos a favor, 0 branco e 0 contra.

A nova Direcção do núcleo Diocesano do Porto da AMCP passou a ter a constituição seguinte:

Presidente : Alice Meneses

Vice-Presidente: Pedro Norton

Secretário: Manuel Barbosa Botelho

Tesoureiro: Francisco Silva

Vogais : António Sarmento, Manuel Pestana, Maria João Sarmento, Nuno Trigueiros e Teresa Martins da Rocha”

Além do acto eleitoral, nesse mesmo encontro o Senhor Prof Doutor Hipólito Reis fez uma palestra sobre o seu livro, recentemente lançado, “*Cultura, Medicina e Natureza - na emergência da Humanidade*”. Como sempre, o palestrante prendeu agradavelmente e interessadamente a atenção de quantos assistiram. Do livro referido damos notícia noutra local desta edição da revista, numa belíssima análise do Prof. Doutor Daniel Serrão.

2. O Centenário da AMCP

Damos a seguir o programa de encerramento das comemorações do centenário da fundação da Associação dos Médicos Católicos Portugueses, que irá decorrer em Lisboa, no Centro Cultural de Belém e Mosteiro dos Jerónimos, no sábado, dia 7 de Novembro próximo. As cerimónias irão decorrer sob a presidência de honra do Senhor Cardeal Patriarca de Lisboa, D. Manuel Clemente.

Além desta cerimónia solene, haverá em Lisboa, no dia **11 de Dezembro**, às 21,30 horas, um Concerto de Natal na Igreja de S. Vicente de Fora,

com peças de órgão executadas pelo Organista João Vaz e a actuação do coro “Polifonia” com canções de natal e uma missa crioula.

ASSOCIAÇÃO DOS MÉDICOS CATÓLICOS PORTUGUESES (AMCP)

– CELEBRAÇÃO DO CENTENÁRIO –

“Ser médico, ser católico: 100 Anos! E agora?”

Sábado, dia 7 de Novembro de 2015

**Centro Cultural de Belém (Sala Luís de Freitas Branco)
e Mosteiro dos Jerónimos**

Primeira parte

15h00 – Sessão de abertura e boas vindas.

15h30 – “Médicos Católicos: 100 anos de uma Associação”. Professor Walter Osswald.

16h00 – Entrega de medalhas comemorativas do centenário da Associação dos Médicos Católicos Portugueses.

16h15 – Intervalo

Segunda parte

16h30 – “Ser médico, ser católico: Pertencer hoje à Associação de Médicos Católicos?”. Dra. Sofia Reimão, Presidente de Lisboa da Associação dos Médicos Católicos Portugueses.

17h15 – Alocução de Encerramento, Senhor Dom Manuel Clemente, Cardeal Patriarca de Lisboa e Presidente da Conferência Episcopal Portuguesa

18h00 – Porto de Honra

19h00 – Missa no Mosteiro dos Jerónimos presidida pelo Senhor Dom Manuel Clemente, Cardeal Patriarca de Lisboa e Presidente da Conferência Episcopal Portuguesa.

ACÇÃO MÉDICA

ANO LXXIX, Nº 3, Setembro 2015

RESUMOS

- ABERTURA: Perseguidos** – J. Boléo-Tomé 5
 Uma criança morta numa praia da Turquia impressionou o mundo; fica bem aos “defensores de causas” exibi-la nas suas sedes. Centenas de milhar de cristãos expulsos, torturados, assassinados, encontram o silêncio – não interessam.
- As Directivas antecipadas de vontade** - Henrique Vilaça Ramos7
 Após uma breve referência histórica, são abordados os aspectos éticos envolvidos no problema das declarações antecipadas de vontade, também conhecidas por testamento vital. São referidos sucessivamente o problema do consentimento esclarecido, a valia e a eficácia do testamento vital, o risco da eutanásia e a objecção de consciência. Em seguida é feita a análise da legislação portuguesa actualmente em vigor.
- Diálogo entre ciência e fé: a perspectiva de João Paulo II** - Maria Pereira Coutinho ...27
 Nas suas mensagens aos homens da Ciência, João Paulo II, centrou-se na necessidade do diálogo entre a Ciência e a Fé, em torno de quatro pontos fundamentais: 1) a crise de orientação da cultura científica actual; 2) a dimensão humanista da ciência; 3) a responsabilidade ética na investigação científica; 4) a fé e a ciência, distintas mas dialogantes. Numa breve conclusão, sublinha-se a oportunidade e a profundidade destas mensagens no actual contexto cultural.
- Corpos e almas: conversas sobre a dignidade humana** - Paulo Vasconcelos Jacobina43
 Apresentadas sob a forma de conversas em encontros de convívio, o Autor procura analisar as diferentes posições assumidas sobre o valor do corpo e sobre a existência da alma. Em tom coloquial, coloca em confronto o materialismo, em que o corpo seria tudo “*toda a física e toda a metafísica, todo o sagrado e todo o profano, toda a consciência e toda a inconsciência*”, até ao espiritualismo puro e exclusivo, que despreza as coisas deste mundo. Coloca assim a tónica no verdadeiro espiritualismo que adopta a dualidade corpo e alma, com um objectivo final, salientar a dignidade da pessoa humana.
- O «cuidado da casa comum»: uma Encíclica diferente** - Pedro Vaz Patto53
 É analisada com detalhe a Encíclica *Laudato Si*, do Papa Francisco, sobre «o cuidado da casa comum». A encíclica abrange, de forma precisa e competente, todas as grandes questões: do aquecimento global ao uso indiscriminado e consumista dos recursos naturais; dos organismos geneticamente modificados ao animalismo que relativiza a dignidade humana; da poluição urbana à poluição social e económica. Um capítulo muito especial que merece destaques especiais é o relativo ao “*Evangelho da Criação*”.

TEMAS ACTUAIS

- SERPESSOA** 67
 É discutido o princípio básico da civilização e da ordem jurídica sobre a dignidade única do ser humano, a propósito de um incrível pedido de *habeas corpus* apresentado pela organização *The Nonhuman Rights Project* (www.nonhumanrightsproject.org) em pretensa representação de dois chimpanzés.
- ABORTO E NEGÓCIO** 71
 Em meados de Julho saiu a notícia de um vídeo que revelou a venda de partes do corpo de crianças abortadas pela Planned Parenthood Federation, a maior indústria de abortos nos Estados Unidos. Este negócio provocou um escândalo de grandes proporções nos Estados Unidos.
- IDEOLOGIA DE GÉNERO – 1 e 2** 77
 São dois textos relacionados com o mesmo tema. No primeiro, são apresentados os resultados de estudos noruegueses que demonstram a inconsistência científica do género, estudos que motivaram o corte de fundos destinados ao Nordic Gender Institute. No segundo é destruída a suposta “prova” utilizada pela teoria do género.
- EDUCAR (!) HOJE** 85
 Transcrição parcial de uma entrevista de Alice Vieira, onde são apontados os graves erros pedagógicos que têm vindo a comprometer cada vez mais a educação das crianças.
- LIVRO NOVO – Apresentação** 91
 Daniel Serrão apresenta o livro «*Cultura, Medicina e Natureza – na emergência da Humanidade*» da autoria de Cândido Hipólito Reis

NOTÍCIAS E COMENTÁRIOS 99

- **A Paz e o desenvolvimento dentro da ecologia humana** (chamada de atenção para a análise que se publica);
- «**Acção Médica**» **há 50 anos**;
- **Notícias AMCP (1 - Nova Direcção do Porto; 2 - O centenário da AMCP)**

ACÇÃO MÉDICA

79 (3), September 2015

ABSTRACTS

- OPENING: Persecuted** – J. Boléo-Tomé 5
 A dead child washed up on a Turkish beach shocks the world; the ‘defenders of causes’ pounce on the chance to show the image on their networks. Hundreds of thousands of Christians expelled, tortured, murdered, find only silence – they don’t matter.
- Advance healthcare directives** - Henrique Vilaça Ramos 7
 After a brief historical review, the ethical aspects involved in the problem of advance healthcare declarations, also known as a living will, are discussed. The problems of informed consent, the validity and efficacy of a living will, the risk of euthanasia and conscientious objection are successively mentioned. The current Portuguese law on the matter is then analysed.
- Dialogue between science and faith: the perspective of John Paul II** - Maria Pereira Coutinho 27
 In his messages to the men of Science, John Paul II focussed on the need for dialogue between Science and Faith, based on four essential points: 1) the guidance crisis regarding today’s scientific culture; 2) the humanist dimension of science; 3) ethical responsibility in scientific research; 4) faith and science, different entities, but entities that dialogue. In a brief conclusion, the opportune nature and depth of these messages given today’s cultural backdrop are emphasised.
- Bodiesandsouls: conversationsabouthumandignity**-Paulo Vasconcelos Jacobina.....43
 Presented in the form of conversations in social meetings, the Author seeks to analyse the different positions adopted as regards the value of the body and the existence of the soul. In a colloquial tone, materialism, in which the body is everything ‘*all the physical and all the metaphysical, all sacred and all profane, all conscious and all unconscious*’, is contrasted with pure and exclusive spiritualism, which dismisses the things of this world. The emphasis is therefore placed on authentic spiritualism, which adopts the body and soul duality towards a final goal of bringing the dignity of the human person to the fore.
- ‘On care for our common home’: a different Encyclical** - Pedro Vaz Patto 53
 Pope Francis’s *Laudato Si* Encyclical, which is subtitled ‘On care for our common home’, is analysed in detail. The encyclical encompasses all of today’s major questions in a precise and competent manner: from global warming to indiscriminate and consumer-fuelled use of natural resources; from genetically modified organisms to animalism that brings human dignity into question; from urban pollution to social and economic pollution. A particularly noteworthy chapter is the one on the ‘*Gospel of Creation*’.

CURRENT AFFAIRS

- **BEING HUMAN** 67
The basic principle of civilisation and legal order regulating the singular dignity of the human being is discussed in the wake of the incredible *habeas corpus* request presented by *The Nonhuman Rights Project* (www.nonhuman-rightsproject.org) organisation, supposedly in representation of two chimpanzees.
- **ABORTION AND BUSINESS** 71
In the middle of July a video was released that revealed parts of aborted children's bodies were being sold by the Planned Parenthood Federation, the largest abortion company in the United States. This business caused a huge scandal in America.
- **IDEOLOGY OF GENDER – 1 and 2** 77
Two texts on the same topic are presented. In the first, the results of Norwegian studies are shown, which reveal the scientific inconsistency of gender. These studies led to the cutting of funds for the Nordic Gender Institute. In the second text, the supposed 'proof' used by gender theory is destroyed.
- **EDUCATING (!?) TODAY** 85
Partial transcription of an interview with Alice Vieira, which points out serious pedagogical mistakes that increasingly compromise the children's education.
- NEW BOOK – Presentation** 91
Daniel Serrão presents the book entitled *Cultura, Medicina e Natureza – na emergência da Humanidade* (Culture, Medicine and Nature – in the emergence of Humanity) written by Cândido Hipólito Reis
- NEWS AND COMMENT** 99
- **Peace and development within human ecology** (attention is drawn to the analysis published);
 - **'Acção Médica' 50 years ago**;
 - **AMCP news (1 - New Management in Oporto; 2 - AMCP's centenary)**

NOVOS ASSOCIADOS

Foram admitidos como novos associados:

- Dra. Ana Filipa dos Santos Martins Neto Mestre Almeida Dias | Algarve
- Dra. Vera Lúcia Guerra Rodrigues Gonçalves | Coimbra
- Dra. Alexandra Boto Viana Fernandes Villa de Brito | Lisboa
- Dra. Cláudia Cristina Matos Rodrigues | Portalegre – Castelo Branco
- Dr. Francisco de Assis Sarmento Pimentel Adão da Fonseca | Porto
- Dr. Nuno Miguel Santos Pereira Mendonça Landeiro | Porto
- Dra. Marta Guimarães Soares Ribeiro | Porto*
- Dra. Maria Goreti Lobarinhas de Miranda Novais | Vila Real

* - Sócio Estudante

SÓCIOS FALECIDOS

Tomamos conhecimento dos falecimentos dos nossos Associados.

- Dr. António Castro Pina | Porto
- Dr. João Silva Carvalho | Porto



Preço: 5,00 €